

Nº 6 — Outubro/Novembro

Dezembro

NCz\$ 10,00

Debate Sindical



**CSC — CUT
A UM PASSO
DA UNIFICAÇÃO**

INDICE

3	Apresentação	<p style="text-align: center;">Debate Sindical</p> <p>EXPEDIENTE</p> <p>A revista Debate Sindical é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, SP, Fone: (011) 37-7300 — Cep: 01050 CGC nº 54.609.953/0001-80</p> <p>Colaboram nesta edição: José Carlos Ruy Umberto Martins Roseli Figaro Lejeune Mato Grosso de Carvalho Nivaldo Santana Altamiro Borges Maria Aparecida Bessana</p> <p>Ilustrações e fotos: Arquivos de jornais e revistas.</p> <p>Composição, Past-up e Fitolitos: Editora Jornalística AFA. Rua Maria José, 334, Bela Vista, São Paulo, Fones: 36-8462 e 34-8456.</p> <p>Impressão e acabamento: Companhia Editora Joruês. Fone: 815- 5990.</p> <p>Tiragem da edição: 4.000 exemplares</p> <p>Jornalista Responsável: Altamiro Borges (registro no MTb nº 12.386.43-57-SP).</p> <p>Observação: Os artigos assinados não refletem necessariamente o ponto de vista da diretoria do CES.</p>
4	O que representa o ingresso da CSC na CUT	
8	Barroso e Meneguelli falam da unificação	
12	Uma opinião sobre a sucessão presidencial	
14	“Representante de empresa”: o que fazer?	
18	Seminário discute a imprensa sindical	
21	A “perestroika” serve aos trabalhadores?	
27	A história dos comunistas nos sindicatos	
34	A concepção marxista de sindicalismo	
40	Livros: algumas dicas de leitura	
41	CES realiza campanha de filiações	
42	Os leitores avaliam a atuação do CES	

DIRETORIA DO CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS

Presidente: Altamiro Borges
Secretário-geral: Magnus Farkatt
Tesoureiro: Antônio Soares
Diretora de Imprensa: Roseli Figaro
Diretor de Formação Sindical: Lejeune Mato Grosso de Carvalho
SUPLENTEs:
 Bernardo Joffily
 Juarez Tadeu de Paula Xavier
 Marcelo Cláudio César Cardia
CONSELHO FISCAL:
 Gilmar Tadeu Ribeiro Alves
 Marta Regina Maia
 Cristina Soares da Silva
SUPLENTEs DO CONSELHO:
 Adriana Corrêa Saker
 José Antônio Lemos
 Evangelina Maria de Souza Lemos
CONSELHO CONSULTIVO:
 * **José Carlos Schulte** - presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul.
 * **José Altamiro de Oliveira Palm (Zecão)** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (RS).
 * **Sérgio Barroso** - diretor da Federação Nacional dos Médicos e secretário-geral da Corrente Sindical Classista.
 * **Nivaldo Santana** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb (SP).
 * **Enéas Silva dos Santos** - secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba (SP).
 * **Augusto César Petta** - presidente do

Sindicato dos Professores de Campinas e secretário-geral da Federação dos Professores do Estado de S. Paulo.
 * **Serafim Gianocaró** - presidente do Sindicato dos Securitários de São Paulo.
 * **Elio Antonio Candido** - vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, Sertãozinho e região (SP).
 * **Elio Neves** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara
 * **Renato Artur do Nascimento** - secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.
 * **José Ferreira** - presidente do Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo (RJ).
 * **Joaquim Antônio** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias (RJ).
 * **Edmundo Costa Vieira** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG).
 * **Wellington Teixeira Gomes** - presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE).
 * **Roberto Assis Ferreira** - presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais.
 * **José Marcius de Carvalho Vale** - presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais.
 * **Divino Goulart da Silva** - presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg).
 * **Antonio Renildo Santana Souza** -

diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (BA).
 * **José Álvaro Fonseca Gomes** - presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia.
 * **Maria José Rocha Lima** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia.
 * **Wilson Martins Furtado** - secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.
 * **Maria Alba Correia** - vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
 * **Francisco de Assis Silva** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Ceará.
 * **Luiz Carlos Andrade Moraes** - secretário regional Nordeste da Federação Nacional dos Urbanitários.
 * **Júlio César Régio Guterres** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís (MA).
 * **Raimundo Moacir Martins** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém e Ananindeua (PA).
 * **Ronald Freitas** - jornalista e diretor do Instituto de Cultura Operária (ICOP).
 * **Geraldo Santana Pimenta** - médico do trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG).
 * **Annibal Fernandes** - advogado, assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo



Companheiro sindicalista

Está aqui mais um número da revista **Debate Sindical**. Apesar das dificuldades rotineiras, o **Centro de Estudos Sindicais**, a cada dia que passa vai se consolidando como uma entidade voltada para a pesquisa de questões relacionadas com o sindicalismo classista no Brasil. Isso se expressa pelas publicações dos **Cadernos do CES**, pela nossa revista **Debate Sindical** e pelas dezenas de cursos de formação sindical e palestras que temos feito em todos os Estados.

Esta nova edição da revista surge num momento importante da vida política do país. Ela tem como pano de fundo dois eventos importantes e fundamentais para a luta dos trabalhadores. Um deles, é a realização das eleições presidenciais em 15 de novembro. Pela primeira vez em nossa história, teremos um candidato operário comprometido com as lutas dos trabalhadores brasileiros, que é a candidatura Lula, da **Frente Brasil Popular**. O outro fato marcante ocorreu quando da

tomada de decisão pela **Corrente Sindical Classista**, em 30 de agosto passado, em seu I Conselho Nacional, de se incorporar à **Central Única dos Trabalhadores**, a partir da realização do seu próximo Congresso Nacional, previsto para março de 1990.

Essas duas questões marcam o centro e o conteúdo principal desta edição da **DS-5**, além de outras matérias que em muito contribuem para as discussões sobre importantes aspectos da vida sindical. Temos a convicção de que esta publicação permite fazer avançar ainda mais o campo do sindicalismo classista no Brasil.

A diretoria do **Centro de Estudos Sindicais**, na reta final da mais importante batalha do povo brasileiro, que é a eleição de 15 de novembro, está convencida que vem conseguindo cumprir o papel a que se propôs desde a sua fundação em 85: dar a sua parcela de contribuição para o sindicalismo classista, democrático e unitário, politizado e independente, enraizado entre os trabalhadores.



A presença da Corrente Sindical Classista, em todo o território, foi marcante na greve geral de março.

O significado da unificação CSC-CUT

Altamiro Borges *

A decisão da Corrente Sindical Classista, de “abrir oficialmente as discussões com a Central Única dos Trabalhadores com vistas à unificação orgânica da CSC na CUT”, é um fato de enorme significado histórico. Representa a possibilidade real de união numa mesma central sindical do que há de mais avançado e combativo no sindicalismo brasileiro.

Essa resolução, tomada em recente reunião do Conselho Nacional da CSC, terá grandes reflexos nas lutas dos trabalhadores por seus objetivos imediatos e futuros. A partir de sua concretização, o movimento operário e sindical atinge um novo patamar, mais elevado, fortalecendo-se para o enfrentamento contra o patronato e o governo.

A proposta de ingresso na CUT, entretanto, não significa a diluição da Corrente Classista no interior da central sindical. Conforme decisão do seu conselho nacional, a CSC deverá manter sua independência e atuar de forma organizada para defender suas idéias políticas e sindicais. Para garantir esse direito, algumas condições para a incorporação estão sendo discutidas com a direção da CUT.

* Jornalista. Presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES).

A reunião do Conselho Nacional da CSC, que aprovou a proposta do ingresso na CUT, contou com ampla representatividade. Realizada em 30 de agosto, ela teve a participação ativa e democrática de dirigentes sindicais de 19 Estados. Além disso, refletiu as indicações dos congressos estaduais da Corrente Classista ocorridos em quase todo o país, coroando o rico processo de debate do período recente.

Nela foram definidas as condições mínimas para a incorporação da CSC na CUT. A questão principal é a garantia do **direito de tendência**. Isso quer dizer que a Corrente Classista, que se forjou na luta pela construção de uma concepção sindical revolucionária em nosso país, não pretende abrir mão de suas idéias políticas e sindicais. Mesmo no interior da CUT, ela deverá manter sua articulação própria e sua independência para brigar por seus pontos de vista.

O direito de tendência é um critério básico para a existência do pluralismo de idéias numa central sindical. Em alguns países, como em Portugal, ele inclusive é formalizado nos estatutos da central. Sua garantia possibilita o exercício da democracia sindical, que é o pilar indispensável para a unidade de ação dos trabalhadores.

Como explica a resolução da CSC, as decisões que forem tomadas nas instâncias máximas da CUT serão encaminhadas de forma unitária, "mas preservando a opinião da minoria". Com esse objetivo, a CSC defenderá a manutenção do critério de eleições proporcionais para os órgãos de direção da central — que hoje já é praticado pela CUT.

Uma outra reivindicação apresentada pela CSC é que seja formalizado um fórum permanente de negociações com a CUT para dar encaminhamento ao processo de integração. A CSC ainda propõe que, nessa fase de transição, ela participe como observadora, sem direito a voto, de todos os fóruns de decisão da CUT — como nas reuniões da executiva, das direções nacionais e estaduais, das plenárias, etc.

Para viabilizar essas propostas, o Conselho Nacional da CSC elegeu uma comissão de sindicalistas que terá o papel de negociar oficialmente com a Executiva da CUT a questão da unificação orgânica. O coroamento de todo esse processo de discussão deverá se dar em março do próximo ano, quando a Corrente Classista realizará o seu II Congresso Nacional. Essa é a instância soberana para tomar a resolução definitiva do ingresso na CUT. Além disso, é o fórum apropriado para mostrar a força do sindicalismo classista, aumentando seu poder de interferência nos rumos do movimento sindical e da própria CUT.

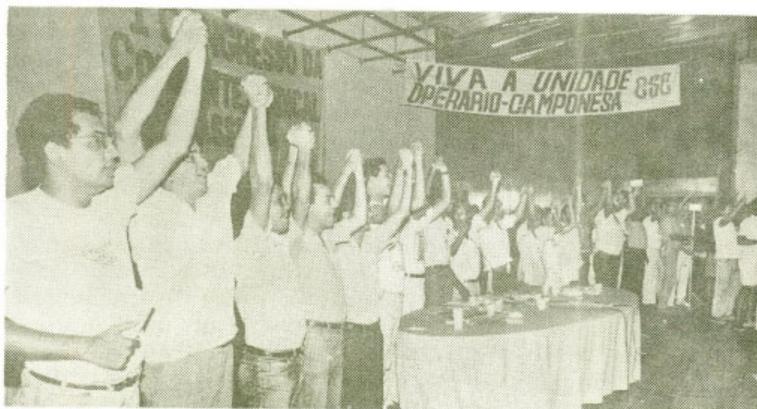
Concretizada a proposta da CSC, o sindicalismo brasileiro estará dando um passo divisivo para superar uma de suas principais debilidades: a divisão! A formação de várias centrais sindicais, a partir de 83, representou um duro golpe na luta dos assalariados. Rompia-se a histórica tradição de unidade do movimento sindical no Brasil. Os trabalhadores deixavam de contar com um fórum único que, rompendo com o corporativismo, unisse a classe para as grandes jornadas de luta.

Na ocasião, o responsável pela área trabalhista da Fiesp — a poderosa federação dos industriais paulistas —, Roberto Della Manna, não escondeu sua alegria, anunciando que iria promover uma festa. Os patrões realmente tinham motivos de sobra para comemorar. Afinal, na hora de enfrentar os explorados eles deixam de lado a concorrência e unem-se como um bloco de aço. Já os trabalhadores ficariam céfalos, sem um órgão unificador de suas lutas. A divisão trouxe prejuízos. Gerou impasses nas convocações das greves gerais e reduziu a pressão dos assalariados na Constituinte — só para citar dois exemplos.

Durante essa longa trajetória, os sindicalistas que hoje organizam a Corrente Classista sempre defenderam de maneira intransigente a unidade como condição para o avanço das lutas por transformações no país. Nesse sentido, criticaram a fundação da CUT em agosto de 83, que quebrava a unidade até ali existente. Mesmo reconhecendo o papel combativo dos dirigentes cutistas, condenaram a concepção de formar uma central por afinidades político-partidárias e não com base em critérios sindicais.

Da mesma forma, os sindicalistas classistas combateram as manobras dos pelegos que desejavam cristalizar a divisão e impedir qualquer unidade de ação com a CUT. Nesse processo, as lideranças classistas, contribuíram na fundação da CGT, em 86, tentando torná-la o pólo de unifi-

A nova direção nacional da CSC, eleita democraticamente no I Congresso realizado no Rio de Janeiro em fevereiro deste ano.





Plenário de Delegados do I Congresso Estadual da CSC do Paraná. Em praticamente todos os Estados a Corrente está implantada.

cação do sindicalismo. Essa proposta, entretanto, acabou sendo inviabilizada pela prática nociva de chamado sindicalismo de resultados”, que surge no processo da guinada de direita do governo Sarney.

Como agentes do patronato infiltrados no meio sindical, os novos pelegos rasgaram o programa de ação da CGT, fizeram coro com os reacionários na Constituinte e tentaram sabotar as lutas unitárias dos trabalhadores — como a greve geral de agosto de 87. Para impor suas idéias, apelaram para a pior espécie de banditismo sindical e tomaram de assalto a direção da CGT. Atualmente essa central, dirigida pelo testa-de-ferro dos EUA, Antônio Magri, é um antro de pelegos a serviço dos interesses do capital estrangeiro e dos grandes grupos reacionários nacionais.

É diante desse quadro, que o setor mais combativo da CGT rompe com a central e numa plenária em Campinas, em abril de 88, funda a Corrente Classista. Seu objetivo continua a ser o de unificar os trabalhadores, politizar as suas lutas e trabalhar na perspectiva de mudanças revolucionárias na sociedades. O combate ao “sindicalismo de resultado” e a defesa das reivindicações dos assalariados possibilitam maior aproximação com a CUT nas paralisações localizadas, na greve geral de 14 e 15 de março e mesmo em várias chapas sindicais.

O novo caminho para a unidade dos setores combativos do sindicalismo já estava dado. Tanto que o I Congresso Nacional da CSC, em fevereiro desse ano, aprovou a proposta de “frente única prioritária com a CUT”. Os 2.560 delegados presentes, representando mais de 700 entidades sindicais, decidiram ainda reforçar a Corrente Classista e, “juntamente com a CUT e outros setores de luta do sindicalis-

mo, buscar os caminhos que levem à unificação orgânica do movimento sindical brasileiro”.

A evolução do quadro político contribuiu para as mudanças sindicais

Um fator determinante que moldou todas essas viradas no cenário sindical foi a própria evolução do quadro político no Brasil. Isso porque o sindicalismo não é uma ilha. Ele reflete a situação geral do país e interfere nela. Sem analisar as mudanças na conjuntura política, como as alterações na correlação de forças, fica difícil entender as reviravoltas e flexões na frente sindical.

Nesse sentido, vale destacar que o período recente foi marcado pelo esgotamento do projeto da burguesia. O agravamento da crise econômica e a ausência de soluções por parte das classes dominantes levaram ao acirramento da luta de classes no país. O movimento operário e popular, apesar de suas inúmeras debilidades, avançou e conquistou novos espaços. Para impedir que o peso da crise seja jogado sobre seus ombros, milhões de trabalhadores se utilizam da arma da greve. Só no primeiro semestre desse ano, por exemplo, o Ministério do Trabalho calcula em 9 milhões o número de grevistas. Isso sem contar os aproximadamente 30 milhões de assalariados que participaram da greve geral de março contra o Plano Verão, comandada pela CUT e CSC.

O fortalecimento das correntes populares e progressistas da sociedade atingiu um novo patamar com as eleições municipais do ano passado. Em inúmeras capitais e municípios de concentração operária, candidaturas comprometidas com as lutas dos trabalhadores sagraram-se vitoriosas. A correlação de forças pendeu para a esquerda. Esse avanço também se reflete na formação da Frente Brasil Popular, com Lula candidato à presidência da República, que reúne o grosso da militância sindical combativa e os partidos de esquerda identificados com as transformações de fundo no país — PT, PC do B, PSB.

Diante da polarização política do país, que se encontra numa encruzilhada histórica, as alterações na frente sindical foram sensíveis. Isto é que explica o surgimento do “sindicalismo de resultados”, a transformação da CGT num reduto da direita, a prática do gangsterismo sindical. Isso também se reflete nas próprias mudanças recentes na CUT.

A CUT cresceu e passa por um rico processo de mutação

A CUT nesse período teve um expressivo crescimento. Isso em função de vários fatores — inclusive históricos. A crise do revisionismo no final da década de 50, por exemplo, dificultou a ação dos comunistas, que eram hegemônicos no sindicalismo brasileiro. Dessa forma, abriu espaços para outras correntes, mesmo para algumas que haviam sido derrotadas por suas concepções sectárias. O golpe militar de 64, que castrou a ação das forças mais avançadas no movimento social, também deixou um vazio na frente sindical. Além disso, alguns dos setores que formaram a CUT contaram desde o início com apoio das centrais e instituições internacionais para a sua estruturação.

Sintonizada com o espírito de luta dos trabalhadores, mesmo que muitas vezes com posturas exclusivistas e equivocadas, a CUT ganhou inúmeras e importantes entidades. Hoje ela está presente em alguns dos sindicatos operários mais estratégicos do país. Em seu último congresso, o 3º Concut (setembro-88), contou com a participação de 1.157 entidades sindicais oficialmente credenciadas e 6.244 delegados eleitos.

Diferentemente da fase inicial de estruturação, quando o peso das oposições artificializava a central, atualmente sua representatividade sindical real é inquestionável. No fundamental, a CUT se consolidou e é vista pelos trabalhadores como a sua principal referência de luta. Diante da falência da CGT, ela é hoje a única central em condições de cumprir o papel de pólo de unificação do sindicalismo combativo.

Com a evolução do quadro político nacional, ela passa por um rico processo de mutação. As acirradas disputas internas e as insistentes críticas de setores não cutistas também a empurraram no sentido das mudanças. A postura inicial de desprezo pela unidade, por exemplo, tem sido aos poucos atenuada. A CUT procura hoje seguir uma política de alianças mais amplas. A experiência deve ter ensinado que o exclusivismo não leva a lugar nenhum. Isso se manifesta na busca de união para desenvolver as lutas cotidianas e na própria composição de chapas para eleições sindicais com outras forças progressistas que ainda não atuam no campo da CUT.

Mesmo o problema da partidarização, que sempre foi motivo de duras críticas e resistências, tem gerado grandes polêmicas no interior da central.

A resolução do 3º Concut fala que “a unidade dos trabalhadores da CUT não anula as identidades e as filiações partidárias e a personalidade política de ninguém”. Ela também afirma que é preciso superar o desafio de transformar a CUT numa representação sindical “unitária, democrática, pluralista”.

O congresso inclusive promoveu mudanças positivas nos estatutos da central. Diminuiu-se a distorção existente que dava um peso exagerado para as oposições sindicais, o que permitia uma maior partidarização da entidade. Agora o critério de participação na CUT é mais sindical, possibilita dar uma representatividade mais real aos seus fóruns — apesar de ainda persistirem alguns desvios nos novos estatutos.

Essas alterações, entretanto, não representam a superação de todas as debilidades da CUT. A resolução do Conselho Nacional da CSC inclusive aponta divergências com as posições majoritárias na CUT. Entre elas, a Corrente Classista critica a defesa da Convenção 87 da OIT, que estimula o plurisindicalismo, as relações ambíguas da CUT com as centrais sindicais internacionais, e o próprio problema da partidarização.

Essas divergências, porém, hoje já não são mais impeditivas para o ingresso do sindicalismo classista na CUT. Garantido o direito de tendência, é plenamente possível enfrentar o embate de idéias no interior da central. A disputa de opiniões não será tranquila. É ilusão pensar que com a unificação orgânica todos os problemas estarão resolvidos. Mas a necessidade de união dos trabalhadores, que sempre foi uma bandeira das lideranças da CSC, exige que se enfrente esses obstáculos e que se eleve a unidade do movimento sindical a um novo patamar. As condições existentes — o novo quadro político do país, as mudanças na CUT e organização da CSC — são favoráveis à unificação orgânica. Para isso é fundamental continuar a fortalecer as concepções classistas e a CSC.



Barroso e Meneguelli opinam sobre o ingresso da CSC na CUT

A Debate Sindical entrevistou Sérgio Barroso, secretário-geral da Corrente Sindical Classista, e Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores. Os dois opinaram sobre o significado da resolução da CSC de iniciar o processo de discussão com o objetivo de ingressar na CUT. Ambos concordam que a concretização dessa proposta vai representar um passo decisivo, histórico, no sentido do fortalecimento da unidade dos trabalhadores na luta por seus interesses imediatos e futuros.

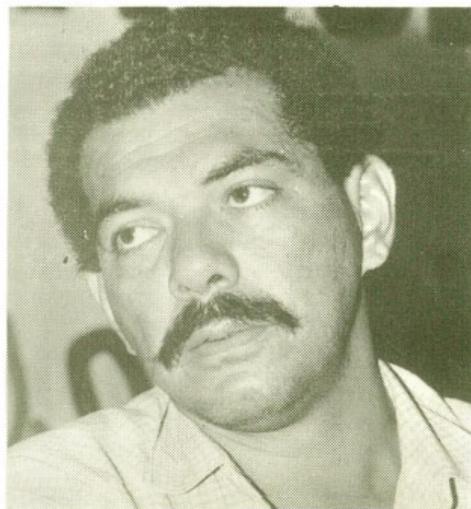
Os entendimentos para a unificação orgânica já começaram e as perspectivas são otimistas. A Corrente Classista inclusive já convocou o seu II Congresso Nacional, em março do próximo ano, para avaliar a evolução das discussões e posicionar-se definitivamente sobre o seu ingresso.

Os dois entrevistados também analisaram as razões que possibilitam o processo de unificação na fase atual. Como enfatizou Sérgio Barroso, mesmo com o ingresso na CUT, a CSC manterá sua independência política e continuará a atuar de forma organizada. Já Meneguelli ressalta que a incorporação permitirá a ampliação da CUT, aumentando a força do sindicalismo combativo no Brasil.

FALA BARROSO

DS: Qual o significado e a importância da decisão da CSC (tomada dia 30 de agosto) de abrir discussões com a CUT, visando o ingresso na Central?

Barroso: Em primeiro lugar, a decisão tem um significado histórico para o movimento sindical brasileiro. Poderemos estar dando passos para a construção da Central Sindical mais representativa e a que dispõe do maior poder de mobilização para luta da história do movimento operário brasileiro. Em segundo, uma vez concretizada a unidade, a classe operária e os trabalhadores terão um poderoso instrumento de combate para enfrentar a grave crise que atravessa o país e a ofensiva da grande burguesia e do capital financeiro internacional. Estamos convencidos que a unidade orgânica CSC/CUT será um fator decisivo para impulsionar a ampla



Sérgio Barroso, eleito no Congresso da CSC, é o secretário-geral da Corrente e diretor da Federação Nacional dos Médicos.

união do povo, referenciada na perspectiva socialista.

DS: Quais são as solicitações que a CSC fez à CUT para o seu ingresso na Central e como estão as conversações?

Barroso: Creio que a participação de representantes da CSC nas instâncias da CUT, como observadores, bem como o direito de tendência, que significa a nossa autonomia política e organizativa dentro da Central, não constituirão impedimentos para a necessidade da unidade maior, determinada pelo quadro político e pelas alterações ocorridas no movimento sindical. Exemplo disso, ocorreu na primeira reunião informal que tivemos com uma delegação de companheiros da Executiva Nacional da CUT, quando fomos comunicados que todas as correntes que lá atuam, concordam e entendem que nosso ingresso deva se dar o mais rápido possível. A própria decisão do Conselho Nacional da CSC, repercutiu de forma bastante positiva entre os sindicalistas cutistas. Nesse sentido, a nossa expectativa é que as conversações obtenham bons resultados.

DS: Quais as principais divergências ainda existentes entre a CUT e a Corrente Sindical Classista?

Barroso: O pluralismo sindical embutido na Convenção-87 da OIT; as relações internacionais da Central (para nós ainda obscuras) e a concepção distorcida das relações Sindicato/ Partido. Por outro lado, a aprovação da unicidade sindical na Constituição, que consideramos justa, o fato da CUT permanecer não filiada a nenhuma Central Internacional e ainda a crítica deliberada no seu último Congresso às concepções "sectárias e de partidização" do sindicalismo, possibilitam maior espaço para a ampliação e o aprofundamento do debate.

DS: Comente as modificações estatutárias ocorridas na CUT deliberadas em seu último Congresso Nacional (de 88) e qual a sua opinião sobre a situação da entidade hoje?

Barroso: Vamos comentar basicamente duas mudanças: a redução da participação das "oposições" nas instâncias da Central e a centralização exagerada nas direções estaduais da CUT, para o envio de delegados ao Congresso Nacional. Isso significa que, por um lado se prioriza a representação das entidades, o que reforça a CUT enquanto organização intersindical mas por outro, se estabelece uma espécie de controle que favorece o setor que venha a ter hegemonia nas suas direções. É fundamental também perceber que as alterações surgidas na CUT, derivam principalmente do quadro político. Assim, o exclusivismo manifestado desde a sua fundação, foi sendo ultrapassado pela exigência das lutas dos trabalhadores e pelos rumos da luta política mais geral. Todas as greves gerais vitoriosas foram aquelas convocadas e realizadas pelas correntes unitárias que atuam no movimento sindical. Nesse perio-



do mais recente, a CUT vem se mostrando bem mais aberta à composições de chapas para eleições sindicais com setores avançados não cutistas. A conquista de importantes sindicatos operários, a adoção de uma conduta menos exclusivista e uma postura bem mais unitária frente às lutas concretas dos trabalhadores, resultam num crescimento real da CUT.

DS: Qual a importância da unificação da CSC com a CUT, em relação ao combate ao chamado sindicalismo de "resultados"?

Barroso: Significa o isolamento do sindicalismo reacionário, manietado pelo capital estrangeiro e uma importante derrota do governo e do patronato. A unidade CSC/CUT, tende a fortalecer a concepção classista entre os trabalhadores. O truculento sindicalismo de Rogério Magri vem amargando dia-a-dia derrotas contundentes. Primeiro implodiu a CGT e em outubro poderá simplesmente perder a direção do Sindicato dos Eletricários de São Paulo, para a CSC/CUT.

DS: Qual a posição da CSC sobre o papel do movimento sindical brasileiro em relação à sucessão presidencial de 15 de novembro?

Barroso: Na CSC participam sindicalistas do PCdoB, do PSDB, do PDT e independentes. A reunião do I Conselho Nacional (ocorrida em 30/8), seguindo o Congresso de fevereiro, deliberou a participação ativa dos dirigentes sindicais na sucessão presidencial, participação essa baseada no programa avançado aprovado no Congresso da CSC. Pessoalmente, acredito que a Frente Brasil Popular e a candidatura Lula significam a grande novidade na história das lutas do nosso povo, com a unidade dos Partidos progressistas e um passo fundamental para que se forje a união do povo. Acho que é decisivo que todo dirigente sindical dê tudo de si na batalha sucessória. Que na campanha eleitoral, abrace as concepções da sua classe, a classe operária, para que possamos mudar radicalmente a situação do Brasil e do nosso povo.

FALA MENEGUELLI



Jair Meneguelli é carregado pelos sindicalistas da CUT, quando foi reeleito presidente nacional da Central.

DS: Como você encara a resolução da Corrente Sindical Classista de abrir oficialmente as discussões com vistas ao ingresso da CSC na CUT?

Meneguelli: Há bastante tempo que nós temos contato com os companheiros que atualmente integram a Corrente Classista. Mesmo na época em que estes sindicalistas lutavam no interior da CGT, a CUT já mantinha relações com os companheiros para garantir a unidade de ação dos trabalhadores em defesa dos seus interesses. A prática de luta sempre nos aproximou dos sindicalistas da CSC.

Em todos os momentos delicados do cenário político brasileiro, quando era vital ir à luta, enfrentar os patrões e o governo, a participação da CGT existia apenas devido ao impulso dos companheiros da CSC. Isso ocorreu nas manifestações do 1º de Maio, nas várias greves gerais e mesmo em inúmeras paralisações de categorias. Na verdade, em muitos casos a CGT só emprestou seu nome, sua sigla. Quem foi para as portas de fábrica, para as ruas, para convocação das greves, foram os sindicalistas da CSC, que uniram suas forças com a CUT.

A nossa avaliação é que os companheiros da CSC não estavam na central certa. O lugar deles sempre foi nas fileiras da CUT. Eu sei que havia e há divergências de ordem política e sindical, conheço os argumentos dos companheiros da CSC. Mas acho que agora, em função até do próprio momento político que o país vive, é possível discutir essas divergências no interior de uma única central de luta.

DS: O que deve representar a unificação orgânica da CSC à CUT para a luta dos trabalhadores e para o fortalecimento do movimento sindical?

Meneguelli: Representa a junção da parcela mais combativa e coerente do sindicalismo brasileiro. Isso possibilitará um grande avanço da unidade dos trabalhadores na luta por transformações em nosso país. Além disso, na medida em que a unificação se concretize,

novos espaços se abrem para o ingresso de outros sindicatos na CUT. Desta forma estaremos superando o corporativismo, unificando as classes trabalhadoras. Nosso poder de pressão, de luta, aumenta em muito.

Eu acredito que o ingresso da CSC vai permitir uma ampliação da nossa central. Quem ganha com isso é o conjunto dos assalariados. Nós temos discutido essa questão nas instâncias da CUT e todas as correntes que atuam na central concordam com o ingresso, desejam que ocorra o mais breve. Não há, qualquer resistência à unificação. Sabemos que existem divergências, que foram cometidos erros de ambas as partes. Mas o que importa agora é a união das nossas forças. Acho inclusive que o que está ocorrendo não é um simples processo de entrada. Estamos juntando nossas forças.

DS: Na sua opinião, quais fatores explicam esse processo de unificação?

Meneguelli: Assim como a vida, o movimento sindical também passa por várias fases. Hoje estamos mais amadurecidos. Mesmo na época em que não se falava em unificação orgânica, a CUT e os sindicalistas da CSC já realizavam na prática a unidade de ação nas greves e outras lutas. Isso facilitou a unidade orgânica, que inclusive já está caindo de madura.

Por outro lado, a situação de crise que o Brasil vive impõe a unidade dos trabalhadores. Historicamente a crise sempre teve esse papel unificador. Por último, o que é fundamental, existe a própria evolução da situação política, a formação de uma frente que unifica as forças de esquerda do nosso país. Acho que a Frente Brasil Popular é reflexo do avanço das lutas dos trabalhadores, do fortalecimento do movimento sindical e popular. E ela contribui também para a unidade dos setores combativos do sindicalismo, para a unificação CSC-CUT.

DS: A reunião do Conselho da CSC aprovou algumas premissas para discussão sobre o seu ingresso na CUT. Entre elas, o direito de tendência e, inclusive, a presença de observadores da CSC nas instâncias da CUT. Como você analisa esses pontos?

Meneguelli: No próximo dia 5 de outubro, a Executiva da CUT vai se reunir para discutir as propostas da CSC. Eu não gostaria de mediantar a posição da Executiva. Acho, entretanto, que algumas questões são facilmente resolvidas. O direito de tendência, por exemplo, já existe no interior da CUT. Como você sabe, atualmente existem três grandes correntes na central - a "Articulação", a "CUT pela base" e uma aliança da Convergência Socialista com outros agrupamentos.

Entendemos que essa é uma questão resolvida na CUT. A composição das direções da central é feita pelo critério da

proporcionalidade, o que permite a presença democrática de todas as forças. Não há qualquer impedimento à existência dessas tendências. Discutimos nossas divergências democraticamente nos vários fóruns da CUT e, após aprovado um plano de ação, encaminhamos unitariamente as decisões.

DS: Como você encara as divergências que a CSC tem com algumas das posições majoritárias na CUT, como sobre a Convenção 87, a partidarização e as relações internacionais da central?

Meneguelli: Como já disse, divergências existem e serão debatidas democraticamente no interior da central. Com relação à Convenção 87, elas permanecem e ninguém ainda foi convencido pelo contrário. Como isso é uma questão do futuro, nós temos tempo suficiente para continuar a discuti-la. Eu sou da opinião, que as coisas que já estão claras, a gente encaminha; o que está confuso, escuro, a gente discute para clarear. Temos muito tempo para debater essa divergência.

Já quanto a partidarização, não concordo com essa crítica. É evidente que se 90% dos dirigentes sindicais que estão numa central são militantes ou simpatizantes de um determinado partido, as posições deste partido terão mais força. Isso é lógico. Agora eu acho que na medida que a central vai se ampliando, ficando mais diversificada do ponto de vista dos partidos, essa proximidade de posições não será tão grande. O próprio ingresso da CSC e de outros sindicalistas amplia a CUT, evitando qualquer risco de partidarização.

Por último, sobre as nossas relações internacionais, temos uma posição bastante tranquila. É resolução de todos os congressos que a CUT deve manter relações bilaterais como todas as centrais mundiais, mas preservando sua independência. Não há qualquer razão para nos filiar a uma das três centrais internacionais - CIOSL, FSM, CMT. Isto porque não pretendemos trazer para o Brasil a divisão existente a nível mundial.



O presidente da Central Única dos Trabalhadores se fez presente no I Congresso Nacional da CSC (fevereiro de 89).



A ação dos sindicalistas diante da batalha da sucessão presidencial

Nivaldo Santana *

A sucessão presidencial é o principal embate político dos últimos tempos. Após longos 29 anos, os trabalhadores brasileiros reconquistaram o direito democrático de eleger o presidente da República e de indicar os rumos que o país deve trilhar. Diante dessa batalha de grande significado, como as lideranças sindicais devem se portar? O sindicalista Nivaldo Santana dá sua opinião sobre o polêmico assunto.

Na disputa presidencial ora em curso, o Brasil se dividiu nitidamente em dois campos. De um lado estão os candidatos das classes dominantes, das elites que massacram o povo há séculos. A burguesia não conseguiu unir o seu bloco, apresenta-se com vários postulantes à cadeira do Palácio do Planalto, mas todos com propostas conservadoras, de **direita**, contrárias aos anseios de progresso e justiça dos assalariados brasileiros. Além disso, ela incentiva e dá espaço a algumas candidaturas diversionistas, que ao negarem a polarização política no país acabam fazendo o jogo da direita.

Do outro lado, no campo dos explorados e dos setores progressistas da nação, encontra-se a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, que reúne os partidos de esquerda compro-

metidos com o avanço das lutas dos trabalhadores - PT, PC do B, PSB. Essa candidatura é a própria expressão do acúmulo de forças do movimento operário e popular nos últimos anos. Ela representa o que há de mais avançado na sociedade brasileira, que está corporificado nas milhares de lideranças sindicais, operárias, camponesas, estudantis, comunitárias, etc, surgidas na luta por transformações profundas na estrutura política, econômica e social do Brasil.

Diante desse quadro, que é bastante cristalino, o que existe de mais avançado no movimento sindical já anunciou publicamente seu apoio à candidatura de Lula. Essa adesão, entretanto, ainda não se manifesta da maneira mais ativa. O que se percebe é que os sindicalistas combativos até agora não se lançaram com a garra neces-

* Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb (SP) e integrante da Corrente Sindical Classista.

sária para garantir a vitória da Frente Brasil Popular no dia 15 de novembro.

Na minha opinião, ainda existe um certo defensismo político da jovem geração de lideranças sindicais nesta batalha eleitoral. Isso se deve a vários fatores. Um deles é a própria trajetória recente do sindicalismo. Afinal, o movimento sindical foi duramente castrado pelo regime militar. Segundo alguns estudos, cerca de 70% dos Sindicatos mais fortes do país, com mais de 5 mil sindicalizados, sofreram intervenção nos governos dos generais; mais de 10 mil trabalhadores foram banidos da vida sindical - cassados, presos, exilados, assassinados. Essa violenta repressão deixou suas marcas.

O economicismo dificulta o maior engajamento na batalha eleitoral

Um outro fator, que se apresenta muito visível, é o mal crônico do economicismo. A indispensável luta cotidiana contra a exploração, a briga por salários e melhores condições de trabalho, acaba às vezes cegando os dirigentes e ativistas sindicais. Perde-se a perspectiva da luta mais ampla por transformações de fundo na sociedade. O sindicalista fica preso às pequenas escaramuças com os patrões, limita-se a desenvolver apenas a luta por pequenas conquistas econômicas - que pouco ou nada afetam o sistema de exploração capitalista.

Esse economicismo dificulta o entendimento da importância da batalha sucessória e o efetivo engajamento das lideranças sindicais combativas. Afinal, o que está em jogo nas eleições presidenciais são as grandes questões nacionais - e não as migalhas do dia-a-dia ou a rotina da administração da máquina sindical.

Há ainda, e com expressivo peso, a forte investida do patronato e de seus aliados para inibir a ação dos sindicalistas mais conscientes. Eles procuram criar um senso comum de que os trabalhadores não devem participar da luta política e nem permitir que os sindicalistas politizem a luta sindical. Para isso, mentem descaradamente.

Luis Antônio Medeiros e Antônio Magri, os expoentes do novo peleguismo do chamado "sindicalismo de resultados", são os grandes porta-vozes dos patrões na campanha contra a politização das lutas dos trabalhadores. O que eles não querem é que os sindicalistas desenvolvam uma ação política comprometida com os interesses da classe operária. Eles falam contra a politização e a partidarização, no en-



tanto engrossam, de maneira fisiológica, a campanha de Collor de Mello - o engodo que a Globo maquiou como uma das alternativas dos patrões na sucessão presidencial.

Todos esses empecilhos ao crescimento da campanha da Frente Brasil Popular entre os sindicalistas tendem a ser superados com a aproximação do pleito. Mais do que isso: devem ser superados... e rapidamente. Afinal, o Brasil vive um momento singular. Pela primeira vez na nossa história, os trabalhadores têm condições reais de eleger um presidente da República comprometido com os anseios populares. A vitória abrirá novos horizontes para as lutas pela emancipação social.

Os problemas de fundo que afetam a vida dos assalariados e o progresso do país estão colocados em debate na sucessão presidencial. Caso ganhe um candidato das classes dominantes, qualquer que seja, nada mudará. Caso vença a candidatura da Frente Brasil Popular, as antigas reivindicações do movimento operário e popular, do sindicalismo combativo e classista, ganharão maior força e possibilidade de êxito.

É o caso da luta pelo não pagamento da dívida externa. Lula já afirmou em praça pública, e assim enfatiza o programa da Frente Brasil Popular, que o primeiro ato do seu governo será a assinatura da suspensão do pagamento da dívida externa. Só desta forma o suor e o sangue dos trabalhadores brasileiros deixarão de ser desviados para os cofres dos banqueiros estrangeiros.

As perspectivas de vitória da Frente Brasil Popular são otimistas. A campanha tem crescido em todo país. Isso - as pesquisas eleitorais manipuladas pelos grandes grupos econômicos não mostram. Para garantir essa virada histórica é preciso concentrar todos os esforços nessa reta final da campanha eleitoral. Os sindicalistas, que deram grande contribuição para o avanço das lutas dos trabalhadores no período recente, têm um expressivo papel a desempenhar. Vamos à luta!



Os delegados sindicais, os cipeiros e os representantes de empresa são importantes para a organização no local de trabalho

O "representante de empresa" e a organização nos locais de trabalho

Lejeune Mato Grosso de Carvalho *

Após um ano da promulgação da nova Constituição, o sindicalismo brasileiro ainda pouco fez para viabilizar a figura do "representante de empresa", previsto no artigo 11 do texto constitucional. A experiência histórica indica que diante da forte repressão patronal nos locais de trabalho, que se assemelham aos campos de concentração, é preciso usar todas as brechas para possibilitar a organização dos trabalhadores e o enraizamento dos sindicatos. O "representante de empresa" pode se tornar uma cunha nesse sentido, como procura demonstrar este artigo da **Debate Sindical**.

* Sociólogo. Assessor de planejamento sindical e diretor do Centro de Estudos Sindicais (CES).

ORGANIZAÇÃO NA BASE

Historicamente, os trabalhadores sempre lutaram pela organização nos locais de trabalho. Isso significa a defesa das Comissões de Fábrica e/ou de Empresa, a eleição dos Delegados Sindicais, a participação nas CIPAs, os Conselhos de Representantes de Empresa e outras formas.

Durante os trabalhos da Constituinte, os deputados progressistas e de esquerda defenderam a legalização com estabilidade no emprego, dos Delegados Sindicais e das Comissões de Empresa. Mas, infelizmente, a correlação de forças não permitiu que estes direitos fossem aprovados. Ainda durante os trabalhos de redação da nova Constituição brasileira, outras formas de organização por local de trabalho foram apresentadas. Uma delas, finalmente foi aprovada: a do **Representante de Empresa** (artigo 11).

Sobre esse representante e sobre os encaminhamentos após a promulgação da nova Constituição da sua viabilização, é que falaremos neste artigo.

A proposta de criação do Representante de Empresa surgiu do "Centrão"

Ainda que os deputados de esquerda tenham apoiado a criação do **Representante de Empresa**, é preciso deixar registrado que a proposta partiu de um deputado de extrema direita, hoje Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves. Comprometido com a UDR e com o bloco "Centrão" na Constituinte, Robertão, como é conhecido, apresentou essa proposta com a nítida intenção de evitar a aprovação,

esta sim democrática, dos delegados sindicais. A sua intenção era dupla: além de evitar a legitimação dos delegados, antiga reivindicação dos trabalhadores, ele pretendia que houvesse a conciliação entre trabalhadores e empregados nos locais de trabalho. O texto constitucional aponta que:

"Art. 11 - Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurado a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o **entendimento direto com os empregadores.**" (*grifos nossos*).

A perspectiva do **entendimento direto com os empregadores** é a demonstração clara e inequívoca da intenção do proponente, no sentido de evitar os conflitos por locais de trabalho. Mas a intenção do deputado Robertão não era somente essa. Ao propor o **Representante de Empresa**, ele objetivava também criar um certo paralelismo sindical, colocando esse personagem concorrendo com as entidades sindicais representativas dos trabalhadores, que são os seus sindicatos.

Devemos levar em conta os limites da representação e evitar o paralelismo

O Art. 11 do texto constitucional ainda não foi regulamentado. Muitas dúvidas persistem e impedem, na prática, que as eleições dos **Representantes de Empresas** existam em toda as localidades com mais de 200 trabalhadores. A dúvida maior que se coloca, no entanto, é quanto a questão da estabilidade. Ela foi garantida na Constituição apenas para os dirigentes sindicais e para os cipeiros (respectivamente artigo 8, inciso VIII, e nas



O enraizamento nas bases é fator fundamental para o desenvolvimento do sindicalismo classista e de luta

ORGANIZAÇÃO NA BASE

disposições transitórias, artigo 10, inciso II, alínea b).

As entidades sindicais e os trabalhadores interessados em eleger o seu **Representante** devem assegurar, ou por acordo coletivo, ou por dissídio, ou por acordo interno na empresa, que todos os que venham a ser eleitos, titulares e suplentes, **tenham assegurado a estabilidade pelo período de exercício do mandato e mais 1 ano após o seu término.**

A brecha para a implementação dessa estabilidade pode estar no próprio **artigo 8, inciso VIII,** quando fala:

“é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato...” (grifos nossos).

As interpretações mais liberais na área jurídica dão conta que os Delegados Sindicais e os Representantes de Empresa poderiam ser manifestações da organização sindical por local de trabalho, portanto claramente representação sindical e, **conseqüentemente,** teriam garantida pela Constituição a estabilidade no emprego.

É preciso deixar claro, no entanto, que essa é uma questão que depende fundamentalmente da correlação de forças de cada local de trabalho e de cada entidade sindical. É preciso assegurar essa estabilidade nos acordos, de preferência coletivos, mas pelo menos nos internos, assinados diretamente com as direções das empresas.

A eleição do Representante de Empresa deve se dar com ampla participação

As entidades sindicais que defendem um sindicalismo enraizado nas bases devem tomar iniciativas para assegurar as eleições do **Representante de Empresa** e não ficar dependendo ainda de regulamentação legal. Essas iniciativas precisam ser tomadas com a mesma intensidade de que comumente são tomadas quando da eleição de uma CIPA ou de uma Comissão de Fábrica. As lideranças sindicais devem passar a encarar o **Representante** como mais uma das formas de organização por locais de trabalho.

As iniciativas necessitam ser tomadas a partir da realização de assembléias específicas em cada localidade e as normas regulamentadoras do processo eleitoral devem ser acertadas de comum acordo com as direções das empresas, sob pena do **Representante** não ser reconhecido enquanto tal e não gozar de nenhum tipo de estabilidade.

É evidente que deve-se levar em conta os interesses dos trabalhadores de cada local e das entidades sindicais. Pode-se ter algumas situações, onde a existência do **Representante**



de Empresa não seja interessante, pois já pode-se ter de forma reconhecida os Delegados Sindicais ou mesmo as Comissões de Fábrica, com estabilidade e tudo mais. Cada caso deve ser analisado e debatido com os trabalhadores interessados.

A questão da estabilidade no emprego deve ser reivindicada para as eleições do representante de empresa

Em nosso entendimento, a questão dos objetivos do Representante de Empresa é fundamental. Dentre os vários acordos já assinados entre sindicatos e empresas, criando o **Representante**, o que se percebe é que os objetivos dessa representação ainda estão mal formulados e pouco claros. Alguns deixam brechas que podem levar a tentativa de conciliação de classe.

No acordo assinado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a Fone-Mat S/A Indústria para Telecomunicações, no artigo 1, dos objetivos, na sua alínea I, diz o seguinte:

“existência de um canal de comunicação entre a empresa e seus trabalhadores para, através do diálogo e troca de experiência mútuas, sejam atendidos os interesses de ambas as partes” (grifos nossos).

Mais para frente, no inciso III, o texto não deixa dúvida na questão da perspectiva de conciliação de classe:

“manter um relacionamento harmonioso no âmbito fabril, reduzindo ou eliminando eventuais tensões ou desentendimentos” (grifos nossos).

Em outro acordo coletivo interno, assinado ainda pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, desta vez com a FME - Fabricação de Máquinas Especiais Ltda, no item finalidade da representação, quanto a questão dos seus objetivos, no seu artigo 2, alínea c, o texto é bastante claro e não deixa dúvidas quanto à sua interpretação:

“esclarecer e desestimular as reclamações manifestamente improcedentes” (grifos nossos).

É evidente, conforme já dissemos, que o conteúdo progressista dos objetivos da representação está diretamente ligado à questão da correlação de forças de cada local de trabalho, do grau de mobilização dos trabalhadores e no seu interesse na luta pela conquista desse tipo de representação.

O sindicalismo enraizado na base deve eleger os Representantes de Empresa

É preciso ser levada em conta a questão dos limites da representação para que ela não ocorra de forma paralela e conflitiva com o papel das entidades sindicais. O **Representante de Empresa** não pode em nenhum momento substituir o sindicato, ou tentar fazê-lo por qualquer manobra. Os sindicatos devem estar atentos a isso.

O **Representante** deve procurar ter acesso a todos os dados possíveis dentro das empresas, os mais atualizados, envolvendo número de empregados, faixas salariais, tempo de serviço dos trabalhadores, condições de trabalho, planos de cargos e salários (se houver), finanças, lucratividade, balanços, segurança do trabalho, etc. Esse material deve subsidiar uma boa atuação da representação.

É preciso garantir um certo tempo livre para o **Representante** para que ele possa se reunir com os trabalhadores, ir ao sindicato, enfim, atuar com ampla desenvoltura.

Pelo fato de ainda não se ter uma regulamentação da questão, o que existe até o presente momento são acordos bilaterais assinados com entidades sindicais e as empresas, que asseguram a existência do **Representante**. Mas há uma série de questões importantes que devem ser debatidas pelas lideranças sindicais para uma efetiva representação. Apresentaremos a seguir, de forma sucinta, algumas dessas questões ainda pendentes.

1. Número de Representantes-

Ainda que a Constituição fale em um **Representante** para empresas com acima de 200 empregados, não fica claro se uma mesma empresa, com várias unidades fabris, poderia ter um em cada local de trabalho. Ou mesmo se poderia ser um representante para cada grupo de 200 trabalhadores. Essas questões precisam ser debatidas com os trabalhadores e reivindicadas às empresas. Dependendo da correlação de forças, o número de representantes poderá ser ampliado.

2. Organização do Pleito-

Em todos os acordos que tivemos acesso, fica claro que a organização do pleito deve ficar a cargo de uma Comissão Eleitoral Mista, composta de forma paritária por indicados pela entidade sindical e pela direção da empresa. Essa comissão deve fixar os critérios para inscrição de candidaturas, prazos para o registro das mesmas, quem são os eleitores, a questão das possíveis impugnações, apuração dos votos, a questão dos fiscais, a campanha eleitoral dentro da empresa, etc. É importante que toda essa regulamentação esteja previamente assegurada em **acordo coletivo** firmado entre o Sindicato e a direção da empresa.



3. Perda do Mandato-

Se a estabilidade no emprego estará garantida, em que situações ocorrerá a perda de mandato? Essa é uma questão que poderá constar do acordo coletivo com as empresas. Sugerimos as seguintes possibilidades: a) ausentar-se sem nenhuma justificativa por es crito a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas a que tenha sido previamente convocado a participar, tendo tomado ciência das mesmas; b) assumir comportamento contrário aos interesses dos trabalhadores; c) desligar-se, por qualquer motivo, dos quadros funcionais da empresa.

A perda de mandato a que se refere o item b deverá ser decidida em assembléia de trabalhadores da empresa, convocada pelo Sindicato com finalidade específica para discutir essa questão.

É preciso ficar atento para a estabilidade

O campo que se abre com a possibilidade de implementarmos a representação dos trabalhadores com o artigo 11 do novo texto constitucional é bastante grande.

O sindicalismo classista não se nega a participar de todas as brechas de representação sindical que estejam colocadas. Seria um simples "esquerdismo" e até mesmo miopia política não ocupar esse espaço que se coloca para tentar transformá-lo em mais um canal de participação democrática e combativa dos trabalhadores.

Devemos evitar situações das do tipo que ocorrem na TELESP, com a eleição do "**Representante**" com pouco mais de 100 trabalhadores, e cuja data da eleição foi dezembro de 88, um mês de pouca mobilização. É o exemplo do chamado "sindicalismo de resultados". Mas mesmo entre os chamados "combativos" temos problemas, como o que ocorreu na CESP, onde a AEC encaminhou a eleição do "representante" completamente à revelia das quatro entidades sindicais envolvidas na base da empresa.

Por hora, ainda que dúvidas existam, entendemos que a realização de eleições para os **Representantes**, de acordo com o artigo 11 da nova Constituição, poderá resultar em avanços na ocupação de espaços para os Sindicatos dentro dos locais de trabalho.

Durante a Constituinte, os trabalhadores pressionavam para a obtenção de algumas vitórias

Fortalecer a imprensa nos sindicatos: exigência das lutas atuais

Roseli Fígaro *

Qual é o papel da imprensa dos sindicatos? Esse foi o tema do “Seminário sobre Jornalismo Sindical”, promovido recentemente pelo CES, Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará e Editora e Gráfica Telinso. Durante três dias, sindicalistas, jornalistas e estudantes da área discutiram o assunto, analisando os avanços, as debilidades e as potencialidades da imprensa sindical.

Publicamos nessa edição uma síntese do documento apresentado na ocasião pelo Centro de Estudos Sindicais.

Maria Nazareth Ferreira, aborda em seu livro “A imprensa operária no Brasil/1880-1920” a estreita ligação da maior liberdade de organização da atividade das lideranças operárias com o aparecimento dos jornais sindicais, em consequência das lutas por melhores salários, redução da jornada de trabalho, etc.

Este dado é fundamental para compreendermos o aparecimento e desaparecimento de jornais, bem como sua periodicidade e número de páginas. Pois as associações operárias eram as próprias financiadoras de seus órgãos, não recorrendo a anúncios e ou a outros expedientes. Neste sentido, a liberdade de atuação das lideranças era imprescindível para a longevidade das publicações.

Os primeiros jornais operários, foram “O proletário”, de 1847, fundado por um grupo de intelectuais de Recife, e o “Jornal dos Tipógrafos”, de 1858, órgão da Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro. Maria Nazareth listou a existência de 343 jornais operários, sendo 42% destes em S. Paulo e 30% no Rio de Janeiro. O mais importante deles parece ter sido “A voz do Trabalhador” editado pela COB — Confederação Operária Brasileira. A maioria das publicações era de orientação anarquista. As características dos jornais deste período podem ser sistematizadas com os seguintes aspectos:

— tratamento de texto: tinha um caráter processual, recuperando e analisando os fatos. Chegamos a reproduzir conferências e palestras inteiras;

— diagramação: a preocupação era a de ocupar o máximo do espaço. As ilustrações referiam-se ao editorial e nas capas as chamadas maiores eram para as assembléias e greves;

— formato: variava de acordo com os recursos disponíveis em cada entidade, predominando, entretanto, o formato tablóide;

— periodicidade e número de páginas: determinadas pelos acontecimentos;

— editores: as associações eram responsáveis pela maioria dos jornais operários. Nas redações não existia a figura do jornalista ou repórter. Não é o jornal que procura a notícia. Ao contrário: era farto o material que chegava às redações: cartas, relatórios sindicais, notícias de greves, etc.

É a partir da década de 20 que os jornais terão maior estabilidade, fruto da intensificação das atividades sindicais e da consolidação das entidades.

O reconhecimento dos Sindicatos e a sua tutela pelo Estado, com a legislação imposta por Getúlio Vargas a partir de 1931, muda profundamente a organização sindical no país. A repressão que se abateu sobre as entidades sindicais fez com que houvesse um declínio na atuação das lideranças, bem como, um certo

* Jornalista. Assessora de Imprensa do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo e diretora do Centro de Estudos Sindicais (CES).

desaparecimento de sua imprensa. As rápidas referências que obtivemos no artigo "A importância da imprensa nos sindicatos", publicado pela revista *Debate Sindical* nº 1, dão notícias da precariedade e total mudança de orientação dos jornais sindicais.

Em 1935, os anais do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo, fundado em 1932, fazem menção a aprovação, em assembléia, da criação do *Jornal do Sindicato*, o que foi não concretizado devido à intensa repressão. Somente em 1942 será fundado o jornal "O Metalúrgico". Sintonizado com a orientação gestulista, era dirigido por Adolpho Perchon, que também dirige o DIP dos metalúrgicos, órgão semelhante ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) do governo de Getúlio Vargas.

Adolpho Perchon, no artigo "A imprensa sindical" publicado no jornal "O Metalúrgico", nº 1 afirma que "a maioria dos sindicatos não possuía imprensa sindical". Os poucos sindicatos que a possuíam encontravam algumas dificuldades.

Após a II Guerra, as liberdades democráticas dão força à imprensa sindical.

Com o fim da guerra e a redemocratização do país, com o forte impulso alcançado pelos operários no sentido de ampliar o socialismo no mundo, cresce a atividade sindical e operária também no Brasil. É uma época de relativa liberdade em que os periódicos sindicais e operários reaparecem com certa força.

Em 1957, José da Rocha Mendes Filho publica em "O Metalúrgico" o artigo "O valor da imprensa sindical", onde afirma que: "neste período existiam no Brasil mais de 200 órgãos sindicais, embora muitos não circulando normalmente".

É importante salientar que, apesar da falta de registro histórico específico sobre a imprensa sindical, o forte ascenso do movimento operário e da vida sindical pressupõe um significativo aumento de sua imprensa. É um período de muitas greves, de intensa movimentação por melhores condições salariais e de trabalho. Só em 1953 há a formação de quinhentas comissões de fábrica em São Paulo. É um período bastante rico que precisa ter sua imprensa recuperada.

O golpe de 64 vem impôr um sufocante silêncio às organizações dos trabalhadores. Só no primeiro ano, 409 sindicatos sofrem intervenção; dez mil trabalhadores foram banidos da vida sindical até 1979. Esse quadro dá dimensão do que ficou da imprensa sindical. Os jornais tornaram-se órgãos oficiais dos interventores. O jornal "O Aeroviário" nº 14, de 1978, comemora o 1º de maio homenagean-



Exemplo de uma revista da era getulista: as entidades sindicais mantinham estreitas relações com o governo.

do o General Geisel como o "Trabalhador nº 1 do Brasil".

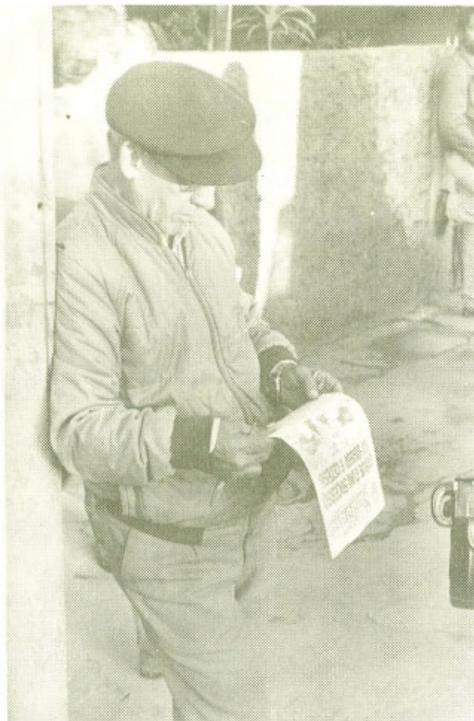
As páginas dos jornais sindicais voltam a ser ocupadas com festas, assistencialismo, leis e notícias da grande imprensa. A diagramação é carregada, não comporta ilustração ou charges. Os sindicatos não possuem assessoria de imprensa própria. Os nomes de alguns jornalistas repetem-se em diversos jornais sindicais. A imprensa sindical, com o avanço das lutas democráticas e o fim do regime militar, vive momentos novos, com características próprias, enfrentando outros desafios. Retrata diferentes visões de sindicalismo, desde o de "resultados" do IADESIL e do ICT, ligado ao sindicalismo americano, ao sindicalismo combativo, classista, revolucionário.

Pela primeira vez na história do movimento sindical os sindicalistas adquirem a preocupação com a formação dos departamentos de imprensa sindical. Constituem-se mini-redações, com jornalistas, diagramadores, ilustradores, fotógrafos. É claro que este quadro é mais acabado nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, e nos principais e maiores sindicatos.

É salutar a constatação de que uma parcela do movimento sindical já assimilou que é preciso investir na comunicação com a categoria. Não há como enfrentar o massacre editorial promovido pelos meios de comunicação da burguesia se medidas concretas não são tomadas para viabilizar o jornal ou boletim periódico do Sindicato.

Mas ainda são maioria os sindicatos que dispõem de pequenos ou de quase nenhum recurso para se comunicar com a sua base. A **subestimação política** e a falta de recursos,

A dinamização da imprensa sindical é tarefa de mais alta relevância para o avanço das lutas classista.



visto o alto custo da elaboração de um jornal, são os principais fatores que intervêm na debilidade da imprensa sindical.

Apesar de toda a discriminação por parte das instituições oficiais e da falta de recursos, o crescimento da imprensa sindical é hoje no Brasil um fato. Levantamentos realizados na Universidade de São Paulo (USP) dão conta da produção de 12 milhões de exemplares por mês, no país, o que representa 10% das tiragens dos grandes jornais diários. A redação do departamento de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, é a segunda maior do município, ficando atrás apenas da redação do jornal "Diário do Grande ABC".

Já existem, inclusive, jornais sindicais diários. A "Tribuna Metalúrgica, do Sind. dos Metalúrgicos de S. Bernardo, e o "Folha Bancária", do Sind. dos Bancários, já vão para o décimo aniversário. Mas essa realidade não é homogênea. Os Sindicatos em sua maioria ainda estão na fase de estruturação dos departamentos de imprensa. Muitos ainda não atentaram para essa necessidade. Os folhetos esporádicos, por ocasião das campanhas salariais e das greves, não preenchem mais as necessidades de um sindicalismo que precisa dar um salto de quantidade para responder à altura os golpes desfechados contra o trabalhador.

A polêmica questão do papel da imprensa repete-se em todas as esferas. Na imprensa sindical ela também existe. Antes de adentrarmos nela é preciso de antemão deixar claro qual é o papel que desempenham ou deveriam desempenhar os sindicatos.

O sindicato é a entidade que aglutina o conjunto de trabalhadores de uma categoria, com a função de ser um instrumento de luta e de-

fesa contra a exploração assalariada. Neste sentido, desenvolve suas atividades principalmente no terreno econômico, mobilizando o conjunto dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho. Mas o sindicato também deve contribuir na luta no terreno político; e no campo das idéias, contrapondo-se às idéias burguesas presentes entre os explorados.

Esta concepção de sindicalismo resulta numa compreensão determinada do papel da imprensa sindical. Antes de mais nada, **o jornal é um organizador coletivo**. Trava a luta das idéias e enfrenta a ideologia da classe dominante, que prega o individualismo, o vencer a qualquer custo, a inferioridade (em todos os sentidos) dos trabalhadores, etc. Desta forma, a imprensa sindical não pode reservar a si apenas o papel de **informar** (não reputamos ao termo informar a falsa neutralidade da grande imprensa), mas também o de **interpretar e propagandear** as idéias que quer fazer chegar ao conjunto da categoria. De forma até didática, a imprensa do sindicato cumpre o papel de denunciar a exploração e opressão patronal; serve para mobilizar e organizar a categoria nas lutas concretas do dia-a-dia; ajuda na formação da consciência de classe; e desmascara as informações deturpadas da grande imprensa.

Do ponto de vista do conteúdo, ela não pode se restringir aos assuntos específicos de sua categoria. Precisa relacionar-se com o mundo. Informar e interpretar a vida em todos os seus sentidos. Manifestar-se sobre os rumos políticos do país, sobre a vida cultural, sobre a ecologia, sobre a dívida externa, etc. **Não há restrição de assunto para a imprensa sindical**. Há a priorização dos assuntos ligados a sua base, mas o homem é um conjunto, fruto das relações sociais, só sendo abordado dessa maneira poderá emancipar-se.

Quanto à forma, os jornais sindicais não podem ser como os jornais das corporações anarquistas, onde a preocupação maior era a de ocupar todos os espaços. Hoje ficou provado e claro que os jornais, principalmente os sindicais, precisam ser leves, com textos objetivos, títulos grandes, para propiciar vários níveis de leitura. Se possível com olho, intertítulos e letras grandes. As fotos e ilustrações representam uma leitura importantíssima (do não verbal), que reforça e interpreta o texto. O jornal do sindicato deve espelhar a realidade do Sindicato em seu conjunto: as idéias da diretoria, o nível de organização da categoria e o nível de participação da categoria nas instâncias sindicais, inclusive no jornal. Criar formas da categoria participar da imprensa sindical é fundamental para o sucesso do jornal e do próprio sindicato. Um jornal que não recebe correspondências, que não recebe a categoria para ouvir denúncias, que não está presente na hora da luta, seja ela qual for, não representa a categoria. **O Jornal ou o boletim ajuda na democratização do Sindicato**.

As greves dos operários soviéticos a grande prova das dificuldades que atravessa a URSS na atualidade.



As conseqüências da "perestroika" para os trabalhadores soviéticos

Umberto Martins *

A grave e multilateral crise que sacode a União Soviética, bem como o descontentamento da classe operária com o regime - patenteado na recente e poderosa greve dos mineiros -, têm gerado grandes controvérsias em todo o mundo. As classes dominantes tentam apresentar esses fatos como provas do fracasso do socialismo. Por outro lado, Gorbachev afirma que a perestroika representa uma solução progressista para os problemas da URSS.

Nesse artigo da Debate Sindical, o autor polemiza com ambas as análises e aponta quais as causas da profunda crise soviética.

A existência de uma profunda crise na URSS tornou-se tão patente nos últimos anos que até mesmo os dirigentes soviéticos, a começar por Mikhail Gorbachev, foram coistrangidos a admiti-la sem maiores rodeios. O panorama geral da sociedade é patético, compreendendo conflitos aparentemente incontroláveis entre diferentes nacionalidades, greves, criminalidade crescente, protestos generalizados.

A economia é palco de sérios desequilíbrios, dos quais em boa medida decorrem as outras contradições que abalam o império. Neste terreno, ultimamente o país apresenta um desempenho em certo sentido equiparável ao de nações latino-americanas. Embora as raízes das perturbações na produção não sejam precisamente as mesmas, os efeitos são igualmente devastadores.

Também para a União Soviética a década de 80 pode ser considerada a "década perdida" ou a "década da estagnação", como gostam de falar alguns políticos diante das estatísticas do período para países dependentes e endividados. A taxa de crescimento da produção foi igual a zero durante o último plano quinquenal (de 1981 a 1985), segundo cálculos do economista Abel Aganbeguian, um dos pais da perestroika. Nos três anos seguintes, em que Gorbachev implementou suas reformas, a situação piorou.

A crise da economia soviética arrasta-se há cerca de 20 anos, de acordo com as estimativas do próprio Gorbachev. Para os trabalhadores brasileiros não é difícil imaginar os efeitos perversos de um processo de queda ou paralisia prolongada da produção, também experimentada em nosso país durante todos os anos 80.

* Jornalista. Ex-diretor do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo e integrante do Grupo de Economia do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (Ceps).

Dado o crescimento vegetativo da população, a estagnação conduz a uma redução inevitável da riqueza relativa disponível no país e das mercadorias em circulação para consumo do povo, em geral numa proporção superior à queda do produto **per capita**. Disto resulta, matematicamente, um empobrecimento absoluto da nação, que é repartido desigualmente entre as diferentes classes e camadas sociais, em conformidade com a natureza do processo de distribuição desta riqueza. Cabe ressaltar que em nosso país este fenômeno foi e vem sendo agravado em função da transferência de recursos ao exterior para pagar a dívida.

Observa-se também uma queda na capacidade de investimento, especialmente em áreas básicas a cargo em geral do Estado, como saúde, educação, transportes e outras. Em poucas palavras, capacidade de satisfazer às necessidades crescentes da população é esvaziada, cedendo lugar à escassez de bens e serviços.

Na União Soviética são inúmeros os sinais e efeitos do empobrecimento. O primeiro-ministro Nikolai Rijkov estima em cerca de 40 milhões o número de soviéticos que vivem atualmente abaixo do nível oficial de miséria, enquanto outras fontes do país fazem cálculos menos generosos, elevando o número de miseráveis a mais de 50 milhões ou 20% de todá a população

A piora das condições de vida do povo refletiu-se na queda da expectativa de vida, que foi de 66 anos para homens e 74 anos para as mulheres em 1965, tendo declinado para 64 e 73 anos, respectivamente, em 1986, conforme informações divulgadas pelo Banco Mundial.

Estatísticas oficiais soviéticas dão conta, por outro lado, do crescimento da taxa global de mortalidade, de 7,1% em 1960 para 10,3% em 1981, enquanto a mortalidade infantil pulou de 28 em mil, no ano de 1965, para 30 em cada mil no ano de 1986, acompanhando a redução dos investimentos na área de saúde, de uma média de 5,5% do orçamento na década de 70 para cerca de 4% em 1987. As coisas chegaram a tal ponto que, alegando a necessidade de restringir os gastos públicos para conter o déficit, o governo implementa a privatização parcial do sistema de atendimento hospitalar. Em 1987 foi inaugurado o primeiro hospital particular em Moscou. A saúde pública e gratuita está deixando de ser uma realidade.

O consumo de leite e derivados no país, tomado **per capita**, experimentou uma virtual estagnação, encontrando-se em 1984 nos mesmos níveis de 1975 (316 quilos por ano), o mesmo ocorrendo em relação à carne e outros produtos básicos. A produção de variados bens de consumo por habitante, como tecidos de algodão e calçados de couro, estão estagnados há décadas, enquanto outros, como tecidos de lã e similares, apresentam quedas.

Como fruto da miséria e degenerescência social, campeia a criminalidade, que atinge



Dois grandes expoentes do revisionismo na URSS após a realização do XX Congresso do PCUS: Krushev e Brejnev.

patamares pouco invejáveis e crescentes. Contam-se às dezenas de milhares o número de bandidos, prostitutas, contrabandistas e traficantes, mobilizados por verdadeiras máfias que exploram o crime organizado. Segundo informações do ministro do Interior, Vadim Batakín (citado em uma reportagem da "Folha de São Paulo", dia 31 de julho), apenas nas regiões do Cáucaso e da Ásia Central existem 3 mil grupos criminosos, comandados por milhares de mafiosos que têm forte influência na sociedade, derivada de cargos no governo e na burocracia partidária.

O rebaixamento dos salários e a piora das condições de vida são reais na URSS

A rebaixa dos salários e a piora das condições de trabalho constituem uma realidade indesmentível. A queda dos salários reais — em decorrência da estagnação, da inflação, dos preços no mercado negro e da escassez generalizada, que inviabiliza a transformação dos rendimentos em bens e força o racionamento das mercadorias — é admitida abertamente por economistas do governo. A escassez tornou-se mais dramática nos últimos três anos, sendo que atualmente falta inclusive batata — alimento de grande consumo entre os soviéticos.

Assim, não é de estranhar a explosão das greves e, em especial, a paralisação dos mineiros da Ucrânia e Sibéria — movimento que envolveu cerca de 300 mil operários, reivindicando aumentos salariais, melhorias básicas das condições de trabalho, ao lado de um abastecimento maior de alimentos e produtos higiênicos. Os trabalhadores reclamaram inclusive cintos de segurança, uniformes especiais, melhor iluminação, evidenciando o descaso com que são considerados pela administração das minas e que resulta numa média de 200 mortos por ano,

índice quase duas vezes superior ao dos países capitalistas da Europa.

É particularmente aguda a crise entre as nacionalidades, que somente neste ano rendeu algumas centenas de mortos e milhares de feridos e presos. Os conflitos decorrem não apenas da crise econômica, mas refletem a política desigual dos dirigentes soviéticos em relação às diferentes nacionalidades, com evidentes vantagens para os russos, implicando em sérias divergências e privilégios no campo econômico, político e cultural.

Gorbachev não pode deixar de constatar a realidade e, em seu livro "Perestroika", diz: "A queda das taxas de crescimento e a estagnação econômica acabaram por influenciar outros aspectos da sociedade soviética. A esfera social foi seriamente afetada por tendências negativas, o que levou ao aparecimento do chamado **princípio residual**, de acordo com o qual os programas sociais e culturais recebiam o que sobrava do orçamento depois da alocação de recursos para a produção. Parecia que éramos insensíveis aos problemas sociais".

Até os dirigentes soviéticos reconhecem: há uma grande decadência da moral pública

Acrescenta: "Infelizmente, isso não é tudo. Iniciou-se uma gradual erosão de valores ideológicos e morais de nosso povo" (...). "Começou a decadência da moral pública: o forte sentimento de solidariedade forjado durante os tempos heróicos da revolução, dos primeiros planos **quinqüenais**, da Grande Guerra Patriótica e da reabilitação pós-guerra estava enfraquecendo. O alcoolismo, o consumo de drogas e o crime aumentavam. A penetração de estereótipos da cultura de massa estranha à nossa gerou vulgaridade e mau gosto, aumentando a aridez ideológica." (...) "Em alguns níveis da administração surgiu o desrespeito pela lei e o encorajamento de trapações e suborno, servilismo e glorificação" (...) "Em seu todo, a sociedade estava ficando cada vez mais ingovernável."

O panorama é, portanto, de uma degradação visível e espantosa da vida humana, em nível que nada fica a dever aos mais desgraçados países capitalistas. Os ideólogos burgueses enxergam nesta realidade a prova final da falência do socialismo. Partindo do pressuposto de que a crise soviética provém da lógica que preside o desenvolvimento do novo modo de produção, sustentam que, enfim, o capitalismo provou ser um sistema historicamente superior, mais eficiente e progressista.

O senador do PDS, Roberto Campos, por exemplo, é um dos expoentes desta opinião. Para ele, a **perestroika** "é um reconhecimento

de que tudo deu errado" ou de que "o planejamento central não tem flexibilidade para se ajustar à sociedade do consumo de massa e da alta tecnologia". No mesmo sentido, a revista "Veja", interpretando a greve dos mineiros, sentenciou: "Mas por suas dimensões, espantosas para um país comunista, onde qualquer oposição era calada à força até pouco tempo atrás, a maré atual de rebeldia entre as massas trabalhadoras soviéticas encerra um dramático atestado de falência do regime que há mais de meio século se implantou para acabar justamente com o tipo de exploração que justifica a realização de greves."

A crise soviética, no entanto, não rima com o socialismo científico, estudado por Marx, Engels, Lênin e Stálin. **Marx observou que as crises econômicas constituem fenômenos típicos do capitalismo; expressão da caducidade das relações de produção deste sistema diante do potencial gigante das modernas forças produtivas; evidência do antagonismo entre o desenvolvimento da técnica, da ciência, da automação e, no geral, das necessidades humanas e a camisa de força da propriedade burguesa e a anarquia dela decorrente. Mostrou, igualmente, que desde o século passado a superação do capitalismo e, com ele, das crises, tornou-se um imperativo do progresso da humanidade.**

A necessidade de um novo modo de produção capaz de solucionar tais contradições é a razão de ser, histórica, do socialismo. A possibilidade de realizar tal salto na organização da sociedade humana estava dada, tendo nascido do próprio crescimento das forças produtivas patrocinado pelo capitalismo.

No texto "**Princípios do Comunismo**", Engels descreveu algumas características fun-

Para Engels, devem ser retirados dos capitalistas, os meios de produção

O aparecimento de mercados privados na economia soviética é um sintoma de retrocesso.





Com o avanço do capitalismo na URSS, crescem os protestos dos operários e as greves proliferam.

damentais do novo sistema. "Retirando aos capitalistas a utilização das forças produtivas e dos meios de distribuição, a sociedade administrá-los-á segundo um plano baseado na disponibilidade dos recursos e nas necessidades sociais gerais. Assim, o mais importante é que desaparecerão os resultados maléficos do atual sistema industrial. As crises serão eliminadas; a produção ampliada, que é, atualmente, a superprodução causadora da miséria, será então insuficiente e deverá ser largamente expandida. Ao invés de engendrar a penúria, a superprodução ultrapassará as exigências elementares da sociedade para assegurar a satisfação das necessidades de todos; criará novas necessidades e, ao mesmo tempo, os meios de as satisfazer. Constituirá a condição e a causa do progresso, sem realizá-lo, como até agora, ao preço de catástrofes periódicas.

Esta eficiência no desenvolvimento das forças produtivas, incomparavelmente superior à de qualquer outro modo de produção experimentado até agora ao longo da história da humanidade permite que se criem as condições para a existência de uma sociedade cuja evolução já não tenha por motor a divisão em classes, que se justificam em função da escassez relativa ou "insuficiência da produção" e são varridas "quando se desenvolverem plenamente as modernas forças produtivas", conforme disse Engels no seu "Anti-Duhring".

Mais tarde, com a construção do socialismo na União Soviética, os marxistas puderam ob-

servar que o movimento global da produção e distribuição no novo sistema assegura a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais da sociedade, em constante ascenso, mediante o desenvolvimento e aperfeiçoamento ininterruptos da produção, com base na mais elevada técnica, extraindo-se dessas condições a sua lei fundamental (como formula Stálin na obra "Problemas econômicos do socialismo na URSS", publicado no Brasil pela Editora Anita Garibaldi).

A lógica das crises econômicas impossibilita a satisfação das necessidades que habitam as entranhas da história nesta etapa do desenvolvimento da humanidade (e que, a rigor, do ponto de vista filosófico são ainda modestas, elementares). Daí que o socialismo construído tendo por alicerce o marxismo não pode carregar, em sua constituição interna, o germe de uma crise com características como as da que abala o regime soviético.

O pressuposto marxista sobre o modo de produção socialista, de sua capacidade para superar a crise econômica, na atualidade não é apenas uma verdade teórica verificável, com certo esforço intelectual, pela lógica abstrata do raciocínio. As leis básicas de desenvolvimento do novo sistema já foram submetidas ao critério da história e é através da recente experiência do homem na construção do socialismo que evidenciaram a sua realidade.

O crescimento ininterrupto da produção fez valer sua força na União Soviética até a década de 50 - e seus efeitos se prolongaram ainda durante certo tempo. As taxas de desenvolvimento começaram a cair a partir do quinquênio 1956-60, descendo, desde então, uma linha descendente (9,2% em 1956-60; 6,6% em 1961-65; 7,75% em 1966-70; 5,75% no período compreendido entre 1971-75; 1976-80, 4,75%) e envolvendo para a estagnação da década de 80.

Não há sombra de dúvida: o modelo da URSS não é mais socialista. É capitalista.

O estudo da crise soviética inspirado no marxismo conduz à conclusão de que o modo de produção vigente atualmente na URSS não é socialista, mas capitalista. E isto não é de hoje. Desde o XX Congresso do PCUS, em 1956, aquele país deixou de trilhar o caminho do socialismo marxista, orientando-se por outro, na contramão da tendência histórica, de restauração do capitalismo.

A mudança de rumo na política da União Soviética foi apresentada pelo então secretário-geral do PCUS, Nikita Krushev, como uma revisão crítica do período de construção do socialismo e correção dos erros que teriam ocorrido no tempo de Stálin. Na

ocasião não foram poucos os que tomaram as coisas pela aparência de uma autocritica necessária, justa, de sentido progressista e com o objetivo de garantir o desenvolvimento do socialismo num patamar ainda mais elevado.

A essência da mudança, no entanto, acabou por se revelar outra. Desde então, os dirigentes soviéticos implementaram uma série de reformas que levaram objetivamente ao gradual retrocesso na direção do capitalismo. Na economia, ampliaram o arco de influência da produção mercantil, abrindo campo para exploração da nação por multinacionais, privilegiando os interesses e alterando a posição reservada à pequena burguesia no processo de produção e distribuição das riquezas. A orientação do Estado e do planejamento social deixaram de representar os interesses do proletariado, o divórcio entre os trabalhadores e os meios de produção foi restabelecido (coisa que ficou mais do que suficientemente demonstrado na greve dos mineiros) e, com ele, também o sistema de exploração burguês.

O fenômeno teve o efeito de uma terrível bomba sobre o movimento operário mundial. Uma imensa nuvem de fumaça ergueu-se sobre a consciência do proletariado, assim como de outros setores progressistas da humanidade. Mas, mesmo com os olhos ardendo, foi possível enxergar que a revisão dos erros de Stálin por Krushev não passava de indisfarçável revisionismo dos pressupostos básicos da teoria marxista para servir os designios da burguesia.

Em 1960, como desdobramento de um processo de polêmica e controvérsias estabelecido desde 1956, o dirigente do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hoxha, fez uma corajosa intervenção na conferência de 81 partidos comunistas e operários realizada em

Após o XX Congresso do PCUS de 56, travou-se combate ao revisionismo moderno

Moscou, combatendo as teses do XX Congresso. No Brasil, em 1962 foi reorganizado o Partido Comunista do Brasil, que aqui, desempenha o papel de vanguarda no desmascaramento do revisionismo contemporâneo.

Porém, ainda hoje o processo de restauração capitalista na União Soviética não é devidamente entendido por parcelas expressivas do operariado e de setores progressistas da sociedade, persistindo, em larga escala, o desnorreamento, a confusão, a perplexidade. Isto é provocado sobretudo pela propaganda burguesa e revisionista, mas é preciso ver que a dificuldade de compreensão resulta também de uma particularidade fundamental do capitalismo soviético restaurado, dada pela circunstância de que ele provém de uma transição ao inverso, de um sistema que já havia alcançado a fase do socialismo e liquidado as classes exploradoras (o latifúndio e a burguesia), para o capitalismo.

A base social interna para o retrocesso ao sistema de exploração foi fornecida pela pequena burguesia, que sobrevive ao socialismo; é ela que, a partir de um enriquecimento e acumulação progressiva da riqueza, vai criando as condições para se transmutar em burguesia. Conseqüentemente, o restabelecimento do capitalismo e da burguesia, com todas as características que lhe são próprias, não ocorre instantaneamente, de um momento para o outro.



«O burgueses restaurado e o novo capitalismo gerado no socialismo»
[Brazos] «comunistas»
«socialista» 1972]

Nas condições políticas em que ocorreu, a obra de restauração durou algumas décadas, tendo se processado basicamente a partir de uma **degenerescência interna das próprias formas econômicas-sociais do socialismo**. Embora tenham adquirido um outro conteúdo (capitalista), a sobrevivência dessas formas projeta a falsa imagem de que o regime soviético ainda é socialista.

Esta aparência, que até hoje constitui o senso comum de amplas massas, é fartamente explorada pelos revisionistas soviéticos e grupos **antimarxistas**. O trotskista Erneste Mandel, por exemplo, em seu livro "Além da perestroika", faz um admirável — e fútil — esforço para provar que a URSS não pode ser um país capitalista porque atualmente não existe por lá uma burguesia semelhante à da Europa, dos Estados Unidos ou do Japão.

De qualquer modo, a marcha da história tem sido impiedosa com este tipo de pensamento, que de marxista e científico só tem a pretensão. O ressurgimento da burguesia, com traje a rigor, vem ocorrendo aceleradamente nesses tempos de **perestroika**, na esteira de reformas (promovidas por Gorbachev) como a legalização da propriedade privada, o **arrendamento de terras no campo**, a tentativa de restaurar a falência e o desemprego, entre outras.

Não obstante, os revisionistas modernos e seus amigos em todo o mundo argumentam que a **perestroika** logrará tirar a União Soviética da crise em que está metida, sendo **uma espécie de salvação da lavoura, a redenção** quase que milagrosa do país. Os resultados concretos da nova política, até o momento, não dão motivos para qualquer otimismo. As condições de vida do povo pioraram sob Gorbachev, a escassez tomou proporções inéditas, os conflitos se acentuaram. Esses são os fatos. **Porém o caráter burguês, reacionário, da perestroika**, pode ser facilmente deduzido da observação de iniciativas como as que serão descritas resumidamente a seguir:

Internacionalização da economia. O surrado cantochão burguês de que somente o recurso ao endividamento externo e investimentos de multinacionais propiciará o progresso da sociedade, contrário a todas evidências da história, rejuvenesceu e ganhou até certas tonalidades de "modernidade" com a **perestroika**. Sob Gorbachev, a dívida externa se agiganta rapidamente, ao mesmo tempo em que centenas de grupos capitalistas do estrangeiro acorrem alegremente ao país para explorar uma mão-de-obra a cada dia mais barata. Os débitos com bancos internacionais já atingiram níveis astronômicos, sendo que ao longo deste ano a URSS teria de desembolsar **12 bilhões de rublos para honrar os encargos totais da dívida**, segundo o comentarista econômico A. Nossov, da agência soviética Novosti (em artigo publicado na "Gazeta Mercantil" dia 28 de julho). O governo está forçado a contrair novos empréstimos no **estrangeiro -cerca de US\$ 16 bilhões -**, elevando o estoque da dívida externa, que passa a evoluir com a lógica de uma bola de neve.

Ampliação do mercado capitalista. O movimento interno do processo de restauração capitalista na URSS se orienta objetivamente para o pleno restabelecimento do mercado e Gorbachev, enquanto procura o reconhecimento social de que o processo é inevitável, pretende acelerá-lo implantando a falência, legalizando o desemprego e o exército industrial de reserva, estimulando o desenvolvimento da iniciativa e da propriedade privada.

A vida já está cuidando de provar que a política econômica de Gorbachev só conduz ao caos. Não se deve ficar surpreso com a rapidez e dimensão do fracasso revisionista na URSS. Os dirigentes soviéticos se deram ao trabalho de restauração do capitalismo numa época em que este sistema já não tem nenhum traço progressista e apenas representa **um grito apavorado da burguesia em reação ao sentido geral do vento que sopra da história**.



Aspectos de uma manifestação de trabalhadores de São Paulo durante a poderosa greve de 1917, sob a direção dos anarquistas.



A presença dos comunistas no movimento operário e sindical brasileiro

José Carlos Ruy *

Na série sobre a história da ação das diversas correntes sindicais em nosso país, publicamos agora a primeira parte do artigo analisando a participação dos comunistas no sindicalismo. Além de abordar alguns aspectos da concepção marxista, o autor estuda o nascimento do Partido Comunista do Brasil e sua atuação inicial nos sindicatos.

Nos números anteriores, Debate Sindical apresentou a trajetória do anarquismo, do peleguismo e do reformismo. Estão previstos ainda artigos sobre o sindicalismo cristão e o trotsquismo.

“Os comunistas lutam para atingir os objetivos e interesses imediatos da classe operária; mas ao mesmo tempo, também defendem, dentro do movimento atual, o futuro desse movimento” (1). Esta frase do **Manifesto Comunista** de Marx e Engels definiu, já em 1848, os rumos da atuação dos comunistas no movimento operário: lutar pelas conquistas imediatas como um aspecto apenas da luta geral dos trabalhadores por um objetivo muito mais ambicioso, a destruição do capitalismo e a emancipação política e social dos trabalhadores.

A articulação desses dois objetivos — um imediato, de curto prazo, e outro estratégico,

de longo prazo — caracteriza a orientação dos comunistas no movimento operário desde a época de Marx e Engels. “A organização da classe operária como classe, por meio dos sindicatos”, é a “verdadeira organização de classe do proletariado, no qual este ventila suas lutas diárias contra o capital, na qual se educa e se disciplina a si próprio”, escreveu Engels (2). Esse é, entretanto um primeiro passo.

O fundador do socialismo científico referia-se a um momento do desenvolvimento da classe operária e aprofundamento de sua consciência social e política — a passagem de **classe em si** para **classe para si** através do apren-

* Jornalista. Trabalhou nos jornais Movimento e Retrato do Brasil, é colaborador no jornal “A Classe Operária” e funcionário da Editora Globo.

dizado decorrente da luta cotidiana, a transformação do operariado numa classe autoconsciente que constroi seus próprios instrumentos de luta política, econômica e social, independente dos governos e dos patrões.

Os sindicatos — como primeiros órgãos coletivos da luta operária — tiveram um papel enorme para o amadurecimento social e político dos trabalhadores. “Os sindicatos — escreveu Lênin — foram um processo gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, pois significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe”. Para os marxistas, contudo, isso não basta. O progresso aí descrito limita-se à defesa dos trabalhadores contra a ganância patronal. Limita-se às lutas econômicas; por isso, esse progresso gigantesco é, na verdade, um primeiro passo organizativo. Ele é completado, mais tarde, pela aparição de uma nova forma, superior, de luta — os partidos.

Para Lenin, os Sindicatos devem se transformar em escolas de socialismo

Assim, Lênin continua explicando: “Quando começou a desenvolver-se a forma superior de união de classe dos proletários, o **partido revolucionário do proletariado** (...) os sindicatos começaram a manifestar fatalmente certos traços reacionários, certa estreiteza gremial, certa tendência ao apoliticismo, certo espírito rotineiro etc”, Esse novo passo só foi possível porque antes dele existiram os sindicatos, que juntaram os operários, uniram-nos para a luta em defesa de objetivos imediatos e comuns, e em consequência do saldo educativo dessa união para a luta, de tal forma que “o desenvolvimento do proletariado não se efetuou — nem podia efetuar-se — a não ser através dos sindicatos e de sua ação conjunta com o partido da classe operária”.

Delegados representando os operários de vários países durante a realização do I Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores.



Os sindicatos, para Lênin, “são e serão durante muito tempo uma necessária **escola de comunismo**, uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país para as mãos da **classe operária** (e não de uma ou outras profissões), primeiro, e para as mãos de todos os trabalhadores depois” (3).

Os reformistas lutam por conquistas econômicas que se esgotam no capitalismo

O que caracteriza os comunistas frente às outras correntes que atuam no movimento operário é essa distinção precisa entre a luta sindical e a luta política, a necessidade permanente de **politizar** a luta sindical, arrancá-la do economicismo estreito. Os reformistas de todos os matizes, já foi visto, lutam — muitas vezes de forma intensa — por conquistas econômicas que esgotam-se no âmbito do sistema capitalista e mesmo reforçam e indicam novos rumos para o fortalecimento desse sistema. Os anarquistas, por sua vez, ao voltarem as costas para a luta política, também conduzem o movimento operário ao beco sem saída do economicismo, e não articulam as forças do proletariado em torno de um programa revolucionário que possa ser apresentado como proposta coerente de mudança radical a todos os trabalhadores, do campo e da cidade, e a todos os setores progressistas da sociedade.

A necessidade de combinar a luta sindical com a luta política impõe-se aos comunistas porque seu programa não limita-se a melhorar o sistema de assalariamento, vigente sob o capitalismo. Os comunistas pretendem eliminar esse sistema, eliminar a apropriação privada dos frutos do trabalho da imensa maioria das pessoas, e fomentam a implantação de um sistema mais avançado onde a apropriação coletiva dos resultados do trabalho de todos permitirá fazer reverter em benefício da sociedade os ganhos obtidos com o crescimento da produção e com o progresso. Para isso, devem atuar não só como vanguarda econômica, mas também como dirigentes políticos da classe operária.

Assim, comentando uma resolução sobre o trabalho sindical, Lênin aprovou com entusiasmo a decisão de um Comitê de Odessa de assumir “a direção de **todas** as manifestações de luta de classe do proletariado” e “de não esquecer nunca a tarefa de dirigir a luta sindical” (4) Ao mesmo tempo, na revolução de 1905, Lênin enfatizava a necessidade dos operários lutarem para fazer avançar a revolução democrática e prepararem-se para a revolução socialista que deveria vir em seguida: o

proletariado, escreveu ele, não deve restringir-se aos limites da luta de classe puramente, sobretudo ao aspecto do movimento sindical, mas pelo contrário, tratar de ampliar os limites e o conteúdo da sua luta de classe até **abranger** nesses limites não só **todas** as tarefas da atual revolução democrático-popular russa, como também as tarefas da revolução socialista que há de segui-la" (5).

Mesmo mais tarde, três anos após a Revolução de 1917, Lênin ainda insistia que os sindicatos eram órgãos necessários para a auto-defesa operária e para a educação e elevação do nível de consciência das massas trabalhadoras. Em polêmica com Trotski, em 1920, o dirigente bolchevique usou a figura célebre do sindicato como **correia de transmissão** entre o partido dos operários e os próprios trabalhadores. "Não se pode realizar a ditadura (do proletariado) sem várias 'correias de transmissão', que vão da vanguarda às massas da classe avançada, e destas às massas trabalhadoras", escreveu ele. Enfatizando que falava da relação entre as classes na sociedade capitalista, Lênin insistia na importância dos sindicatos como instrumentos para "abordar as massas", "ganhar as massas", "nos ligarmos às massas" (6).

Para os marxistas, a luta sindical e a luta política estão intimamente ligadas

Para os comunistas, portanto, a luta sindical e a luta política da classe operária estão intimamente articuladas, são dois momentos distintos e inseparáveis da mesma luta comum pela superação do capitalismo. Assim, o problema das relações entre o partido e o sindicato, o problema da politização da luta sindical, tem importância decisiva para a realização do projeto comunista. Os reacionários, os oportunistas, os reformistas, os agentes patronais dentro do movimento sindical também enfrentam esse problema, e dão-lhe a devida importância. Daí decorre a cantilena frequente que prega a separação entre sindicato e política, que pretende afastar os sindicatos da luta política e limitar sua atuação às reivindicações salariais, à luta por cheques, transporte, alimentação e toda a enorme lista de reivindicações cujo atendimento tornaria mais leve a vida para os trabalhadores. Essas lutas são inegavelmente importantes, mas não bastam para a plena realização do papel histórico da classe operária — levar a sociedade para rumos novos, superiores e mais avançados.

O problema das relações entre o sindicato e o partido esbarra noutra questão chave — a da neutralidade dos sindicatos. Lênin enfrentou esse problema, e recomendou aos bolcheviques trabalharem "dentro dos sindicatos, não com o espírito de neutralidade desses, mas com o espírito da mais estreita apro-



Eleonora Marx, Friedrich Engels e Edward Aveling presentes no grande comício de 1º de Maio, realizado em Londres, em 1892.

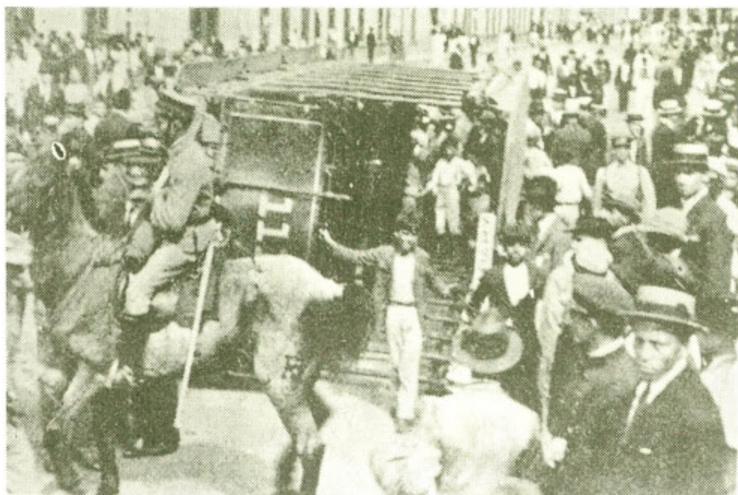
ximação possível "entre os sindicatos e os comunistas". O caráter político dos sindicatos deve ser alcançado, dizia, exclusivamente através do trabalho dos comunistas no seio deles (7).

Ressaltando a experiência de muitos anos do sindicalismo alemão, Lênin polemizou contra o argumento de que a neutralidade é necessária para a união dos operários em sua luta sindical. Na Alemanha, dizia ele, o neutralismo acentuou o oportunismo sindical e não conseguiu preservar a unidade sindical; foi incapaz de impedir a formação de sindicatos concorrentes, cristãos e liberais. Assim, concluiu que a teoria da neutralidade "serve de fato para reforçar a influência da burguesia sobre o proletariado" (8). Como todos os princípios, porém, este também só pode ser compreendido e aceito ligado a uma situação concreta, real.

Os comunistas travaram com os reformistas agudas lutas no terreno das idéias

A tática comunista no movimento sindical impôs-se depois de uma luta muito dura contra os reformistas e particularmente contra os anarquistas que também lutavam contra os reformistas. Com sua verbalização radical, seu exclusivismo de "esquerda" e seu apoliticismo, os anarquistas (principalmente a variante conhecida como sindicalismo revolucionário) tiveram grande prestígio no movimento sindical europeu na época de Lênin. Principalmente naqueles países onde o oportunismo, o reformismo e o "cretinismo parlamentar" tomaram de assalto a direção do movimento operário, o sindicalismo revolucionário foi "um resultado direto e inevitável" dessa situação, Lênin (9).

O imenso prestígio decorrente da vitória dos bolcheviques em 1917 deu à concepção comunista formulada por Lênin (de articulação entre a luta sindical e a luta política), uma posi-



Já desde o começo do século a repressão policial era uma constante nas greves dos operários brasileiros.

ção muito favorável entre os sindicalistas; ela tornou-se dominante entre os lutadores pelo socialismo. As virtudes dessa concepção decorrem do fato dela basear-se em dois pilares muito sólidos: o sindicalismo classista e sua consequência, a compreensão da luta sindical como um dos instrumentos no combate do proletariado pelo fim do sistema capitalista.

No movimento sindical, os comunistas se propõem tarefas muito grandes. Atuando como vanguarda consciente da classe operária, eles ressaltam primeiro o papel aglutinador e organizador do sindicato, articulando os trabalhadores em torno de seus objetivos mais imediatos, visíveis e facilmente compreensíveis para todos. Em seguida, os comunistas têm consciência do papel pedagógico, educativo, das lutas diárias contra o capital, e propõem-se a articular esses combates dispersos em torno de um programa mais geral de transformações sociais profundas — o programa político revolucionário dos trabalhadores.

Não são tarefas comuns. Trata-se de articular a luta sindical e a luta política, unir todos os operários (daí a ênfase na unidade sindical pregada pelos comunistas), reconhecer o dever de assumir a direção de todas as lutas operárias e dos trabalhadores. Em suma, a necessidade de comportar-se como vanguarda autêntica, que alia a tarefa de direção da classe com a de elevar o nível de consciência dos trabalhadores menos evoluídos, fazê-los compreender a necessidade de saltar do economicismo para a luta de classes de natureza política, compreendendo que esse é o único caminho não só para a efetiva emancipação dos trabalhadores mas também para a eliminação radical de todas as diferenças de classe.

Assim, o sindicalismo classista defendido pelos comunistas destaca-se por algumas características essenciais, além do combate ao economicismo e ao apoliticismo: a luta implacável contra os pelegos e os aliados dos patrões e do governo no movimento sindical; a luta contra os exclusivismos “esquerdistas” que isolam a vanguarda de sua base; a luta pela transformação do sindicalismo numa força revolucionária; a insistência num sindicalismo

de luta, unitário, independente, radicalmente democrático e politizado; defesa da unidade sindical, um só sindicato por ramo de produção, base territorial, Estado e país (10).

João Batista Lemos, da Corrente Sindical Classista recentemente definiu com precisão esse programa comunista: “educar e organizar o proletariado em torno de seus objetivos centrais — a liquidação do capitalismo e a conquista de um novo sistema social”; isso pressupõe a “luta enérgica contra o caráter imediatista e economicista das batalhas travadas pelo movimento sindical, a derrota das concepções reformistas hoje predominantes nesse meio e a multiplicação de lideranças classistas” (11) O dirigente da Corrente Classista, Sérgio Barroso, completou a definição dizendo que o movimento sindical deve “abraçar politicamente as idéias avançadas que ajudem a luta geral do povo rumo à liquidação do sistema capitalista” (12).

A história e a participação dos comunistas brasileiros no movimento sindical

No Brasil, o comunismo surgiu a partir da desagregação do anarquismo — e não da crise da social democracia, como em outros lugares — e a história dos primeiros anos desse movimento é a crônica de seu esforço para derrotar a influência anarquista e indicar novos rumos à luta operária e sindical. Os principais problemas do anarquismo surgiam de seu apoliticismo, da recusa à organização do proletariado em partido político revolucionário e seu apego à “resistência anticapitalista” de natureza meramente sindical e econômica (13).

A crise do anarquismo atingiu seu ponto máximo nos anos do auge daquele movimento, depois da grande greve de 1917, o maior episódio de resistência operária dirigido por aquela corrente sindical. O anarquismo foi incapaz de cumprir as novas tarefas que o movimento impunha nessa nova etapa de seu desenvolvimento: a organização política autônoma dos operários e o cumprimento de seu papel de dirigente da luta revolucionária de todos os trabalhadores e forças progressistas da sociedade.

Ao mesmo tempo em que o anarquismo revelava sua impotência, a história mundial da luta operária mostrava os caminhos a seguir: na Rússia, em 1917, dirigidos pelo partido bolchevique, os operários e camponeses tomaram o poder e iniciaram uma etapa nova na história da humanidade. Após a revolução russa, diz Everardo Dias, os sindicatos “transformaram-se em cátedra apaixonada de

debates sobre se se devia ou não apoiar o bolchevismo” (14). Multiplicaram-se os grupos e associações inspiradas pelos bolcheviques. Em 1917, surgiu em Alagoas a Sociedade dos Irreverentes, de “tendência socialista revolucionária e anticlerical” (15); em 1918, também em Alagoas, surgiu a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, igualmente socialista e revolucionária; em Livramento, RS, surgiu a Liga Comunista, a “primeira organização comunista” daquele estado. Em 1919, foi criada a União Maximalista de Porto Alegre (em 1921, ela transformou-se no Grupo Comunista de Porto Alegre). E em 1921, surgiram o Grupo Comunista do Rio de Janeiro e o Grupo Clarté.

O primeiro publicou o mensário **Movimento Comunista** e era dirigido por alguns dos futuros fundadores do Partido Comunista do Brasil, entre eles Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Manuel Cendon; em pouco tempo, esse grupo aumentou seus membros e inspirou a criação de outros em Recife, Juiz de Fora, Cruzeiro, São Paulo, Santos (16). O Grupo Clarté, por sua vez, era socialista e reunia intelectuais, antigos anarquistas, socialistas e sindicalistas. Sua “tendência geral era claramente a de um reformismo moderado” (17); eles publicaram as revistas **Clarté** e inspiravam-se em grupo de igual nome surgi-

Com o fracasso do anarquismo o movimento sindical ganha mais força na ação

do na França, em 1919, para apoiar a Revolução Russa.

Assim, nos anos da crise do anarquismo, gestou-se no movimento operário brasileiro a força que seria sua herdeira e daria novo tom às lutas operárias — o movimento comunista. A falência do anarquismo era reconhecida por todos. O grupo Clarté, por exemplo, dizia em seu programa que “a luta sindical, exclusiva como tem sido, porque visa de preferência o aspecto econômico do problema social, não tem dado os resultados que se esperavam” (18). Entre 1920 e 1921, muitos sindicatos desapareceram ou se enfraqueceram; o número de jornais operários diminuiu e o movimento grevista perdeu intensidade (19).

Essa situação provocou intenso debate entre os anarco-sindicalistas, em torno de três temas principais: a) o fracasso da organização sindical **por ofício**, preconizada pelos anarquistas, que “dava margem à existência de inúmeros pequenos sindicatos num mesmo ramo industrial”; b) a organização dos trabalhadores **por ramos industriais**, proposto por Astrojildo Pereira, inspirado pela estrutura sindical da Trabalhadores Internacionais do Mundo (Internacional World Workers, IWW), a central sindical unitária e revolucio-

nária dos operários norte-americanos; c) a politização do movimento sindical e sua vinculação a um Partido revolucionário ou, no caso da Rússia, ao Estado proletário. O anarquismo, contudo, perdia terreno rapidamente: em 1924, existiam 35 mil trabalhadores sindicalizados no Rio de Janeiro; 3.500 estavam filiados a sindicatos comunistas, 1.500 a sin-

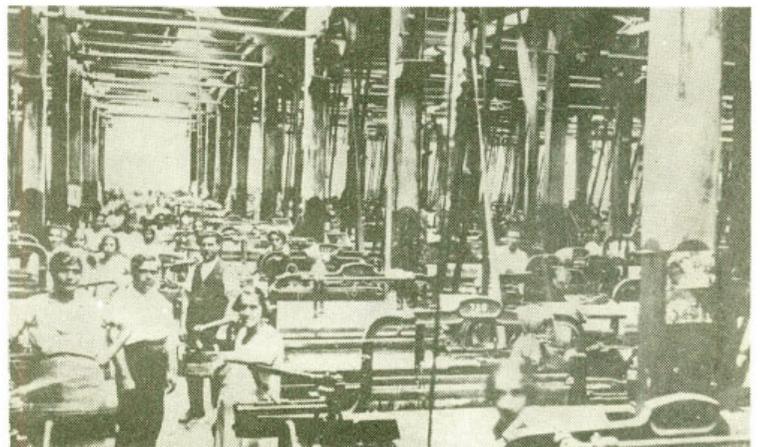
A palavra de ordem mais importante dos comunistas até 1930 era: ir às massas

dicatos anarco-sindicalistas e a maioria a sindicatos “amarelos” (pelegos), “trabalhistas” e independentes (20).

O esforço organizativo começado em 1917 levou, em 1922, à fundação do Partido Comunista do Brasil, por militantes egressos principalmente do anarquismo. Foi “a primeira tentativa bem sucedida de criação de um partido que se propõe a uma ação nacional” no Brasil (21). Os anos seguintes, até 1930 — quando a República Velha foi derrubada e o governo federal passou a intervir diretamente na organização dos trabalhadores — foram marcados pela intensa disputa entre os comunistas e os anarquistas. Os primeiros procuravam consolidar-se como a nova força de vanguarda do movimento operário, e os anarquistas para manter suas posições, rapidamente corroídas pela evolução dos acontecimentos.

Entre a fundação do Partido Comunista e seu II Congresso (1925), a principal palavra de ordem dos comunistas foi “ir às massas”. Nesse sentido, muitos esforços foram feitos para fortalecer o movimento sindical, levando-os a chocarem-se com dois adversários principais: os anarquistas e a repressão policial (22). O aparecimento do Partido Comunista, diz um historiador anarquista, provocou “celeumas, discussões, rivalidades, agressões e brigas de toda ordem” (23). O resultado da atuação comunista, contudo, foi

A partir do impulso na industrialização, após 1930, as mulheres ingressam no processo produtivo



um grande aumento da frequência nos sindicatos e o reaparecimento de várias entidades que haviam desaparecido ou diminuído muito sua atuação.

Os comunistas cresceram rapidamente, apesar da fragilidade da formação teórica dos militantes, fortemente influenciados pela tradição anarco-sindicalista. A política sindical dos comunistas defendia a unidade sindical “como condição básica para o êxito das ações de massa”; assim, a luta contra o anarquismo tinha o sentido de uma “luta contra o sectarismo, fator de divisionismo, isolamento e impotência” (24). Já em 1925 essa atuação apresentava resultados positivos, reconhecidos por um documento da Internacional Comunista de 1928: “apesar da repressão, o trabalho unitário dos comunistas foi acolhido com entusiasmo pelas massas. Seus esforços chegaram à criação de um comitê central, para a fundação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores” (25).

A situação, contudo, era ainda muito precária, e o movimento sindical brasileiro ainda era amplamente dominado pelos sindicalistas “amarelos”, como eram conhecidos os pelegos da época. Uma avaliação feita no III Congresso do Partido Comunista (1928) mostra que, dos 1,5 milhão de assalariados industriais brasileiros, apenas 100 mil eram sindicalizados, concentrados principalmente no Rio de Janeiro.

Vários problemas foram apontados na avaliação do movimento sindical como responsáveis por essa situação: “corporativismo, tradição anarquista, descentralização da organi-

Os comunistas sempre foram os que defenderam a unidade sindical

zação e do movimento”, “estreiteza administrativa e burocrática”, falta de “contato e ligação com as massas”, “ausência de organismo de base, nas fábricas e oficinas” (26). Assim, o Congresso recomendou o aprofunda-

mento da luta contra o anarco-sindicalismo e contra o peleguismo.

Os comunistas defenderam desde o início a unidade sindical. Além disso, pregavam a organização dos trabalhadores por ramos industriais e não por categoria (ofício), com o objetivo de levar à criação de uma central nacional (27). O abandono do sindicato por ofício foi um progresso semelhante ao ocorrido na Europa, onde a passagem ao sindicalismo por ramo industrial representou um alargamento da ação sindical, estendendo sua proteção a “grupos operários sem nenhuma qualificação profissional” (28). Ao adotar essa forma de organização, os comunistas brasileiros capacitavam-se para dirigir todas as lutas do proletariado brasileiro, independente de seu grau de consciência e mesmo de organização.

Em consequência, surgiu outra característica da atuação comunista: o trabalho em sindicatos reacionários e pelegos. O esforço unitário e a palavra de ordem “ir às massas” levou-os a enfrentarem os pelegos em seu próprio campo, atuando em suas organizações sindicais. Em 1923, por exemplo, passaram a agir na Cooperativa Sindical Brasileira, tolerada pelo governo Artur Bernardes; com isso, o partido pôde organizar-se nas próprias associações sindicais. Foi como resultado desse esforço de reconstrução que “o Partido conseguiu aumentar as adesões nos sindicatos, fazer reaparecer as antigas ligas, alianças e uniões que haviam desaparecido” (29).

Finalmente, outra característica da atuação comunista foi a politização da luta operária. Em primeiro lugar, procuraram engajar-se na luta contra o imperialismo e contra o latifúndio, de forma muito embrionária. Mais tarde, o Partido Comunista organizou o Bloco Operário (1927), a frente única proletária para participar das eleições. Sua plataforma preconizava uma política operária independente, críticas à “plutocracia”, luta contra o imperialismo, exigência de reconhecimento da URSS, anistia aos presos políticos, legislação social, liberdade de opinião e associação, sufrágio universal (30). Em 1927, o Bloco Operário conseguiu eleger um deputado federal pelo Distrito Federal, Azevedo Lima.

Em 1927, o governo impôs a Lei Celarda, de censura à imprensa e contra as organizações democráticas e populares. Em consequência, o Partido Comunista ficou semiclandestino, sendo forçado a ampliar sua base de sustentação. Assim, o Bloco Operário foi transformado em Bloco Operário e Camponês, com seções “em todas as principais cidades industrializadas” como no Distrito Federal, Niterói, Petrópolis, São Paulo, Santos, Juiz de Fora, Recife, Ribeirão Preto (31).

Dessa forma, desde 1927 os comunistas participaram das campanhas eleitorais fazendo “uma agitação nunca vista na história do proletariado brasileiro” (32). Em 1928, o BOC elegeu dois vereadores do Rio de Janeiro, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira. Em ou-

A exploração do trabalho era tão brutal no início do século, que crianças de tenra idade também integravam a linha de produção.



tras cidades, como São Paulo, Recife, Santos e interior do Rio de Janeiro, elegeu vários candidatos, mas a Comissão de Verificação de Poderes (órgão do poder legislativo que tinha a função de ratificar as eleições e diplomar os eleitos, sendo o grande instrumento de fraude eleitoral da época) não reconheceu suas vitórias, “degolando-os” como então se dizia (33). Na eleição presidencial de 1929, o BOC apresentou a candidatura de Minervino de Oliveira para concorrer com Getúlio Vargas, o candidato das oligarquias dissidentes, e Júlio Prestes, o candidato dos oligarcas que controlavam o governo federal.

A nível da ação sindical, a luta dentro do partido era muito forte. Em 1927, formou-se

Os ativistas sindicais estavam ainda imbuídos de espírito corporativista

um grupo de oposição, denominado **Auto-Crítica**, liderado por Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta. Eles organizaram a **Oposição Sindical**, o primeiro grupo fracionista do partido, e eram fortemente influenciados pelo anarco-sindicalismo e pelo corporativismo. Foram expulsos no III Congresso do Partido Comunista (1928), sendo a primeira cisão ocorrida na história do partido.

Apesar de todo o avanço organizativo obtido nos anos seguintes à fundação do Partido Comunista, faltava muito que fazer, como reconhecia a avaliação feita pelo III Congresso. A imensa maioria dos trabalhadores continuava organizada em “sindicatos de ofícios ou sociedades operárias mistas”, de caráter assistencial ou de socorro mútuo. Com exceção de alguns sindicatos, dizia o documento, a “organização é primitiva, dispersa, fracionada, corporativista”. Os militantes sindicais também eram deficientes: os “camaradas que militam nos sindicatos estão ainda impregnados pelo espírito corporativista, localista, autonomista, resíduos do anarco-sindicalismo. Muitos deles só vêem o seu sindicato e nele desenvolvem grande atividade — mas fora dos limites estreitos do sindicato e da corporação, não vêem mais nada, nem outros sindicatos, nem a Federação, nem o Partido. Este estado de espírito é que se torna urgente combater encarniçadamente” (34).

Essa situação de atraso imenso do movimento sindical brasileiro impunha grandes tarefas que os comunistas se esforçavam em cumprir com muitas limitações, decorrentes principalmente de aspectos sectários que o Partido apresentou em seus primeiros tempos.

Depois de 1930, o quadro mudou, com o fim da República Velha e o início da intervenção direta do governo na organização dos trabalhadores. O atraso ideológico e organizativo dos operários brasileiros, que passavam a ver em Getúlio Vargas uma espécie de salva-

dor não só facilitou essa intervenção governamental mas foi a base sobre a qual se desenvolveram, nos anos seguintes, os “pelegos” ligados ao Ministério do Trabalho. No começo dos anos 30, a luta contra os anarquistas prosseguiu, mas ela perdeu crescentemente a importância frente ao novo adversário que se levantava — que, no futuro, seriam conhecidos como “trabalhistas”.

Notas

1. **Manifesto Comunista**, in K. Marx e Engels, **Obras Escogidas**, T. 1, Editorial Ayuso, Madrid, 1975, p. 49.
2. F. Engels, **Carta a Bebel**, 18-28 de março de 1875, in K. Marx; **Crítica Del Programa de Gotha**, Marx e Engels, **Obras Escogidas**, idem, p. 33.
3. Lênin, **La Enfermedad Infantil del “Izquierdismo” en el Comunismo**, Editorial Progreso, Moscou, 1976, p. 36 e ss.
4. Lênin, **Carta a Natsia**, 13 de outubro de 1905, in Lênin, **Sobre os Sindicatos**, Editora Polis, São Paulo, 1979, p. 81.
5. Lênin, **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**, in **Sobre os Sindicatos**, idem, p. 76.
6. Lênin, **Sobre os sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotski**, in **Sobre os Sindicatos**, idem, p. 192-193.
7. Lênin, **A Neutralidade dos Sindicatos**, in **Sobre os Sindicatos**, idem, p. 124.
8. Lênin, idem, p. 127.
9. Lênin, **Prólogo ao Folheto de Voinov (A. V. Lunatcharski) sobre a Atitude do Partido diante dos Sindicatos**, in **Sobre os Sindicatos**, idem, p. 121.
10. Ronald Freitas, **A Frente Sindical e Nossas Tarefas**, in **A Política Revolucionária do PC do B**, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1989, p. 148 e ss.
11. João Batista Lemos, artigo em **A Classe Operária**, 23.3.1989.
12. Sérgio Barroso, entrevista em **A Classe Operária**, 23.3.1989.
13. Francisco Foot e Victor Leonardi, **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**, Cap. 17 — “Anarco-Sindicalismo e Congressos Operários no Brasil”, Global Editora, São Paulo, 1982.
14. Everardo Dias, **História das Lutas Sociais no Brasil**, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1977, p. 102.
15. Paulo Sérgio Pinheiro, **Política e Trabalho no Brasil**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 110.
16. Everardo Dias, idem, p. 111.
17. Antonio Arnoni Prado (org.), **Libertários no Brasil, memória, lutas, Cultura** — Cap. “O Grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos Espíritos ao Ministério do Trabalho”, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 266.
18. Citado em Everardo Dias, idem, p. 109. Ver também Edgar Rodrigues, **Novos Rumos, Pesquisa Social, 1922-1946**, Editora Mundo Livre, Rio de Janeiro, s/d. p. 33, e Aziz Simão, **Sindicato e Estado**, Editora Dominus, São Paulo, 1966, p. 121.
19. Michel Zaidan Filho, **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1925)**, Editora Vértice, São Paulo, 1988, p. 40 e ss.
20. Francisco Foot, idem, p. 354.
21. Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 118.
22. Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 124.
23. **Edgar Rodrigues, Novos Rumos, Pesquisa Social, 1922-1946**, Editora Mundo Livre, Rio de Janeiro, s/d, p. 33.
24. Astrogildo Pereira, **A Formação do PCB**, in **Ensaio Histórico e Político**, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p. 78-79.
25. Citado em Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 132-133.
26. Astrogildo Pereira, idem, p. 142-143.
27. Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 124.
28. Marino Regini, **Sindicalismo**, in Norberto Bobbio e outros (org.), **Dicionário de Política**, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1986, p. 1151 e ss.
29. Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 124.
30. Ronald Chilcote, **The Brazilian Communist Party, Conflict and Integration, 1922-1972**, Oxford University Press, Nova York, 1974, p. 31 (existe tradução brasileira); Astrogildo Pereira, idem, p. 109 e ss.
31. Astrogildo Pereira, idem, p. 124; Everardo Dias, idem, o. 155.
32. Astrogildo Pereira, citado por Edgard Carone, **Movimento Operário no Brasil, 1877-1944**, Editora Difel, São Paulo, 1979, p. 501.
33. Paulo Sérgio Pinheiro, idem, p. 132.
34. Astrogildo Pereira, idem, p. 141 e 143.

Os principais aspectos da concepção marxista de sindicalismo

Losovsky *

A coluna de "Teoria" da Debate Sindical apresenta nessa edição o primeiro capítulo do livro "Marx e os Sindicatos", escrito na década de 40 pelo dirigente da Internacional Sindical Vermelha, o soviético D. Losovsky. O texto, assim como toda a obra, é uma contribuição teórica fundamental para a divulgação da concepção marxista de sindicalismo.

O livro aborda, de forma objetiva, as principais idéias e propostas de Karl Marx e Friedrich Engels para a ação dos revolucionários nos sindicatos. Para isso, destroça com sólidos argumentos outras doutrinas sindicais, de direita e de "esquerda", tornando-se uma obra polêmica e rica. Entre outras questões, o livro define de maneira cristalina a relação entre partido e sindicato, mostra os limites da luta econômica e a chaga do economicismo, ressalta o papel das greves, etc.

A publicação desse primeiro capítulo serve para evidenciar a importância do livro recém-publicado pela Editora Anita Garibaldi, estimulando a sua leitura. A obra é bastante atual, obrigatória para todos os sindicalistas que desejam contribuir com sua ação na luta pela emancipação dos trabalhadores.

Marx começou a pensar como político, justamente quando os sindicatos acabavam de nascer, e tornou-se comunista, quando em alguns países os sindicatos ainda se encontravam nos primórdios de sua cristalização. Estes vinham surgindo do seio de diversas formas de mutualidades (França), enquanto que em outros países (Inglaterra), fomentavam greves econômicas e incitavam à luta pelo direito de sufrágio. Estendiam-se antes os olhos de Marx formas embrionárias de organizações sumamente primitivas, ideologias e convênios coloridos com todos os sinais reveladores de sua origem.

E a grandeza de Marx consiste precisamente em ter pressentido que estes embriões nada mais eram que vagidos infantis da classe proletária, e que por isso, estas formas primitivas do movimento não poderiam servir de base para um julgamento do papel histórico destas organizações, nem das causas do seu desenvolvimento.

Marx via nos sindicatos, antes de tudo, centros organizadores, focos de agrupamento das forças proletárias, organizações destinadas a dar-lhes sua primeira educação de classe. O fato dos proletários dispersos e em concorrência mútua, começarem a atuar conjuntamente, parecia-lhe de importância fundamental. Via aí a garantia da transformação da classe proletária em uma força independente. Engels e ele insistem freqüentemente na doutrina de que os sindicatos são escolas de solidariedade, escolas de socialismo. Sua correspondência nos proporciona, a este respeito, abundante material. Suas cartas expõem aberta e brutalmente uma série de questões que, tendo em conta o nível do movimento, não podiam ser expostas na imprensa socialista internacional.

Os sindicatos são escolas de socialismo. Marx, porém, não se limita a enunciar fórmulas. Desenvolve seu pensamento, abordando a questão dos sindicatos em seus aspectos distintos. É ele o autor da resolução adotada

no Congresso da I Internacional, celebrada em 1866, em Genebra, sobre "O passado, presente e futuro dos sindicatos". Qual foi, então o passado dos sindicatos?

"O capital é poder social concentrado, enquanto que o proletariado dispõe unicamente de sua força de trabalho. O ajuste entre o capital e o trabalho não pode, pois, apoiar-se em condições legítimas. Sofre da mesma desproporção o próprio sentido de justiça de uma sociedade que coloca a posse dos meios materiais de vida e de produção de um lado, e a força produtiva vivente, de outro.

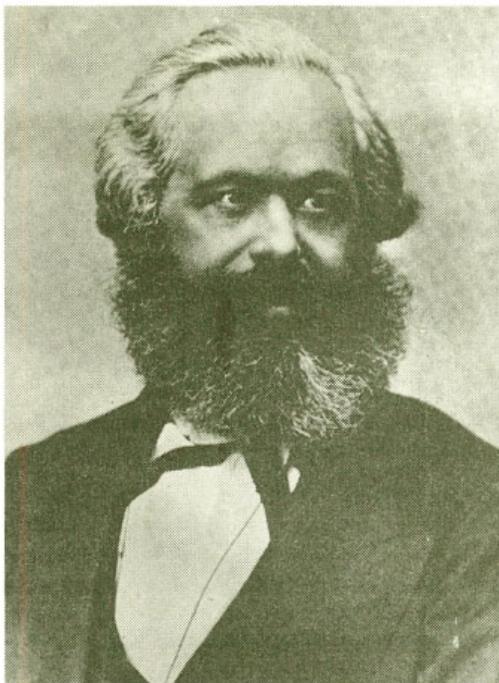
A única força social do lado do proletário é a sua massa. Mas força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre os proletários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo a eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência, a fim de que possam conseguir, nos contratos, condições que os coloquem um pouco acima da situação de simples escravos.

O fim imediato dos sindicalistas concentra-se nas exigências diárias, nos meios de resistência às incessantes investidas do capital, em uma palavra, na questão do salário e da jornada. Esta atividade não só se justifica, como é necessária.

É imprescindível enquanto perdurar o modo atual de produção. É preciso difundi-la, fundando e organizando sindicatos em todos os países.

Por outro lado, os sindicatos, sem pressenti-lo, tornaram-se o eixo da organização da classe proletária, assim como as municipalidades e as paróquias medievais o foram para a burguesia. Se os sindicatos são indispensáveis às guerrilhas quotidianas entre o capital e o trabalho, não o são menos importantes como um meio organizado para a abolição do próprio sistema do trabalho assalariado."

Através da leitura desta resolução, nossa atenção é particularmente atraída pelos problemas da origem e significação dos sindicatos. Marx destaca que os sindicatos, sem o pressentir, serviram como centros de organização da classe proletária "assim como as municipalidades e paróquias da Idade Média o foram para a burguesia". Esta comparação prova que ele não via nos sindicatos somente organizações puramente econômicas, já que as municipalidades e paróquias medievais serviram à burguesia como instrumento de luta contra o feudalismo, e arma de luta política contra o sistema medieval. Não se restringe, porém, a esta comparação. Já nesta parte da resolução declara que os sindicatos assumem maior importância como fatores de organiza-



Karl Marx acompanhou o nascimento dos sindicatos e traçou a linha de ação dos comunistas nessa importante e decisiva frente.

Para Marx, os sindicatos servem como organizadores da classe proletária

ção para a supressão do próprio sistema do trabalho assalariado. Isto confirma que ele atribuiu grande importância política aos sindicatos, e que não os encarava, de modo algum, como organizações apolíticas e neutras. Toda vez que os sindicatos enclausuravam-se nas estreitas fronteiras do corporativismo, Marx intervinha para açoitá-los com veemência.

O próprio Congresso de Genebra, da I Internacional, traçou uma característica do movimento sindical da época. Na segunda parte da mesma resolução, lemos sob o título "Condições atuais":

"Até o presente, os sindicatos atenderam com demasiada exclusividade às lutas locais e imediatas contra o capital. Todavia, não se compenetraram totalmente de sua força para atacar o sistema de escravidão do salariado e o modo de produção atual. Nesse caso, mantiveram-se demasiadamente afastados dos movimentos gerais sociais e políticos. Sem dúvida, nestes últimos tempos, mostram terem-se apropriado, relativamente, da consciência de sua grande tarefa histórica. É o que se pode deduzir dos exemplos da sua participação nos recentes movimentos políticos da Inglaterra, da mais elevada concepção de seus desígnios nos Estados Unidos, e da resolução adotada pela última grande conferência de delegados das trade-unionistas em Sheffield. A resolução assim reza:

‘Esta conferência reconhece todo o valor dos esforços da Associação Internacional, para unir os operários de todos os países numa fraternal união comum, e recomenda com todo interesse às diferentes organizações representadas na conferência, que se filiem à Associação, porque está convicta de que esta é necessária ao progresso e bem-estar de todo o proletariado’

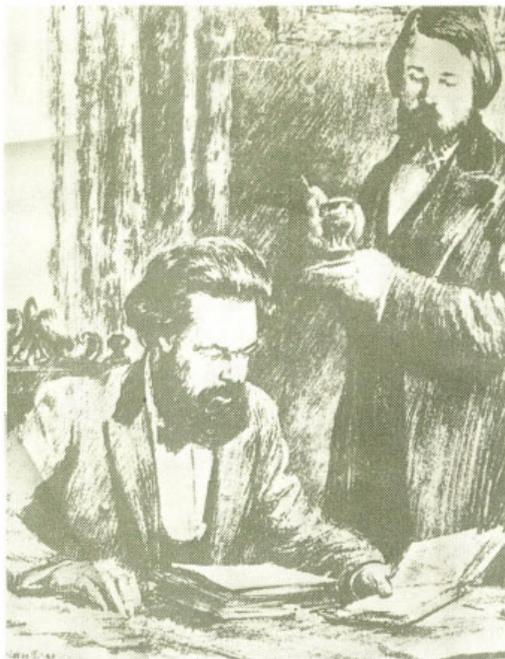
Já nesta parte da resolução, encontramos uma severa crítica aos sindicatos que se afastam da política, e vimos aí mesmo, sublinhada e destacada claramente, a importância dos sindicatos que começavam a compreender sua grande missão histórica.

Considerando o nível do movimento sindical da 7.ª década do século passado, é que poderemos compreender sua grande missão histórica.

Ponderando que os sindicatos ainda se encontravam em sua infância, Marx considerava impossível qualquer concessão política. Reservava-lhes não só empreendimentos econômicos, como também problemas gerais de classe. Mas não se limita somente a definir o passado e o presente dos sindicatos. Eis abaixo o que se pronunciou nessa resolução, concernente ao seu futuro:

“Além de seus fins primitivos, os sindicatos devem aprender desde já a atuar de maneira mais consciente, como eixos da organização da classe proletária, pelo interesse superior de sua emancipação total. Deverão apoiar todo movimento político ou social que se encaminhe diretamente a este fim. Conquanto se considerem como vanguarda e representação de todo o proletariado, e ajam de acordo com esta significação, devem procurar atrair os que se encontram fora dos sindicatos sindicais. Devem ocupar-se cuidadosamente das classes trabalhadoras mal remuneradas, os trabalhadores agrícolas, por exemplo, a quem circunstâncias particularmente desfavoráveis privaram de suas forças de resistência. Devem levar ao mundo a convicção de que seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, alcançarão finalmente a emancipação das massas oprimidas.”

É necessário chamar aqui novamente a atenção sobre o ponto que Marx torna a destacar, isto é, a importância dos sindicatos como centros organizadores da classe proletária. É de suma importância para os sindicatos, empreender a luta pela emancipação completa desta classe, e não menos importante é a tarefa de apoiar qualquer movimento social e político e congregar todos os trabalhadores em suas fileiras. Já no ano de 1866, Marx assinala a importância que tem para os sindicatos, zelarem pelos interesses dos trabalhadores das indústrias mal recompensadas, como



Marx e Engels foram os principais responsáveis pela organização da Associação Internacional dos Trabalhadores.

por exemplo, os trabalhadores agrícolas. Exige dos sindicatos que não sejam “ínfimos e egoístas”, que “seu trabalho destine-se à emancipação dos milhões de oprimidos”.

Esta resolução foi escrita há 68 anos. Poder-se-á dizer que haja envelhecido, que estas missões não se coadunem com os sindicatos dos países capitalistas de nosso tempo? De modo algum. Aí encontramos expostas, com a força de concisão e clareza que lhe eram peculiares, as tarefas básicas dos sindicatos dos países capitalistas. Marx, porém, avança mais.

O proletariado militante não separa luta econômica das atividades políticas

O problema das relações recíprocas entre a economia e a política, surgia sempre ante Marx e a I Internacional, por ele dirigida. Viase então na contingência de defender seu ponto de vista sobre este problema, contra os bakuninistas, lassallianos, trade-unionistas, etc.... Intervém por isso com frequência nesta questão. É muito característica e instrutiva a resolução a este respeito, por ele escrita, “Sobre as tarefas políticas da classe proletária”. Nesta resolução aprovada pela Conferência de Londres, da Associação Internacional de Trabalhadores (17-23 de setembro de 1871), lemos o seguinte:

“Considerando que a Internacional se encontra em face duma reação desenfreada, que perturba cinicamente todo o esforço emancipador dos trabalhadores, pretendendo manter através da força bruta a divisão em classe e o domínio político das classes exploradoras resultantes desta divisão:

que em oposição ao poder coletivo das classes exploradoras, o proletariado pode atuar como classe, constituindo-se unicamente como partido político, oposto a todos os antigos partidos criados pelas classes comunistas;

que esta constituição do proletariado como partido político é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e de seu objetivo final, a supressão das classes;

que a unificação das forças trabalhadoras já alcançada pelas lutas econômicas, deve servir também como alavanca em sua luta contra o poder político dos exploradores;

a conferência faz notar a todos os membros da Internacional, que na classe proletária militante, o movimento econômico e a atividade política estão indissoluvelmente ligados."

Esta resolução pertence, por sua precisão e clareza, ao número das jóias clássicas da herança da literatura política de Marx. Nela encontramos novamente a idéia de que os sindicatos devem servir de alavanca poderosa à classe proletária, em sua luta contra o sistema de exploração. Contra os bakuninistas, cujas intenções tendiam a dividir a luta geral de classes, separar a economia da política, atirá-las uma contra a outra, a Internacional relembrava que no plano de combate da classe proletária, o movimento econômico e a atividade política estão ligados entre si indissoluvelmente.

Dois meses mais tarde, em carta a Boite, em 23 de fevereiro, é novamente abordada por Marx a questão das relações entre a política e a economia, fixando nesta carta o lugar correspondente à luta econômica, na luta geral de classes do proletariado. Escreve Marx:



Capa do livro de Marx e Engels, "O Manifesto do Partido Comunista", em sua primeira edição de 1848.

"O movimento político da classe proletária tem por fim, naturalmente, a conquista do poder político para si. Para isso é logicamente necessário que tenha à sua frente uma organização da classe proletária relativamente desenvolvida, que se formou por suas lutas econômicas.

Por outro lado, qualquer movimento em que a classe proletária se oponha como classe às classes dominantes, procurando vencê-las por uma pressão exterior, é um movimento político. Exemplificando: o propósito de conseguir por meio de greve numa fábrica, ou em determinada empresa, ou de determinados capitalistas, uma limitação da jornada, é um movimento puramente econômico. Mas, um movimento tendente a conseguir uma lei de 8 horas, etc..., é um movimento político. E desse modo, dos isolados movimentos econômicos dos trabalhadores, surge a qualquer momento um movimento político, isto é, um movimento da classe, com o fim de ver atendidas suas reivindicações gerais, de maneira que possuam força social obrigatória. Se esses movimentos se realizam, tendo à frente uma determinada organização, significando também um meio de desenvolvimento para esta."

O objetivo do partido do proletariado é o triunfo da Revolução Socialista

A ligação entre o movimento puramente econômico e o político, com as condições de transformação de um em outro, é determinada por Marx, quando se refere à organização prévia da classe proletária, isto é, estabelece precisamente aquilo que, depois de sua morte, foi completa e intencionalmente esquecido e alterado pelo reformismo internacional.

Havia necessidade não só de resolver o problema da importância da luta econômica, como também a questão das relações entre a organização econômica e a política da classe proletária. A esse respeito foi adotada pelo Congresso Internacional de Trabalhadores (Haia), uma decisão muito bem definida. O Congresso de Haia (2 a 7 de setembro de 1872) tomou "sobre a atividade política do proletariado" a seguinte decisão:

"Contra a força social das classes exploradoras, o proletariado só poderá atuar como classe, se constituir-se em partido político especial, oposto a todos os antigos partidos criados pelas classes exploradoras, esta organização do proletariado, sob a forma de um partido político, é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu objetivo final, a abolição das classes; a união das forças do proletariado, já

conseguida através das lutas econômicas, também deve servir, como alavanca para a luta contra o poder político de seus exploradores. A conquista do poder político aparece como a grande tarefa do proletariado, porque os donos das terras e do capital abusam sempre de seus privilégios políticos, para salvar e eternizar os seus monopólios econômicos, e para escravizar o trabalho.”

Ao encerrar-se o Congresso, Marx pronunciou um discurso, onde salientou o fundamento essencial das decisões adotadas. Pois bem, segundo Marx, quais são os pontos de maior importância nas decisões do Congresso de Haia, que foi, como é notório, a fase culminante do desenvolvimento da I Internacional?

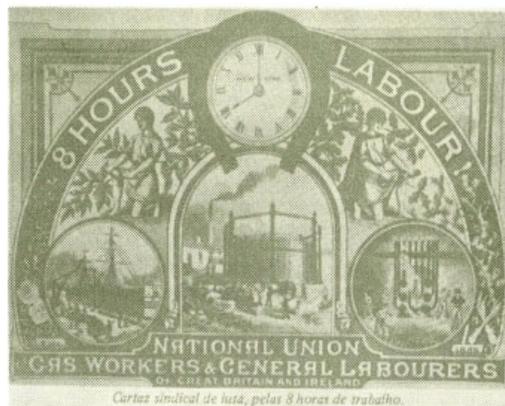
O Congresso de Haia realizou um importante trabalho. Proclamou a necessidade da luta da classe proletária, tanto no terreno político como no econômico, contra a velha sociedade em decomposição.

“Devemos reconhecer que nossa revolução, na maioria dos países continentais, deverá servir-se da força, como eixo para o sucesso. Num momento dado, haverá necessidade de apelar para a força, a fim de implantar definitivamente o reino do trabalho.”

Temos aí, mais uma vez ante nós, uma definição precisa e clara da posição que a luta econômica deve ocupar na luta geral de classe do proletariado. Os sindicatos devem ser, nas mãos da classe proletária, o “eixo da luta contra o poder político dos seus exploradores”.

Marx conseguia sentir as pulsações das massas e conhecia sua linguagem

O problema das relações entre a luta econômica e a política, ocupa o centro da doutrina de Marx. Torna-se, portanto, muito menos admissível, a atitude negligente e fugaz de alguns historiadores soviéticos, quando estudam esta questão. A reincidência de J. Steklov neste sentido, em seu volumoso livro consagrado à I Internacional, prova esta negligência. O companheiro Steklov descreve a fórmula empregada por Marx na exposição dos motivos do regulamento da Associação Internacional de Trabalhadores, da seguinte maneira: “A luta política está subordinada, como agente, à luta econômica do proletariado (Pág. 122). Em seguida o companheiro Steklov esforça-se para “desculpar” esta fórmula. Embaraça-se, porém, pois que nada poderia desculpar Marx, se houvesse escrito algo semelhante. Vejamos o terceiro capítulo do



mesmo livro, e na “exposição dos motivos”, citados integralmente na página 61, lemos o seguinte: — “A emancipação econômica da classe proletária é o grande objetivo, que deve ter sujeitado a si, como um meio, todo o movimento político.” E foi isso o que Marx escreveu.

A luta econômica e a emancipação da classe proletária, poderão confundir-se? Nossa posição seria de combater a Marx, que se igualaria a um vulgar proudhoniano, se houvesse escrito o que é atribuído pelo companheiro Steklov, que em última análise, significaria colocar a luta econômica acima da luta política. O que ele disse, isso sim foi que o movimento político deve estar subordinado ao grande objetivo da emancipação do proletariado. Esta fórmula é irrepreensível, já que a atividade política não é seu fim, mas um meio para alcançar o fim colimado.

São absolutamente condenáveis estas atitudes para com o grande mestre do comunismo internacional, porque se revestem de um caráter superior, negligente e politicamente prejudicial.

Karl Marx sentia as pulsações das massas, e conhecia a linguagem, em que era preciso falar-lhes a cada momento. De acordo com este ponto de vista, é muito útil comparar o “Manifesto Comunista” (1837), com a Proclamação Inaugural da Internacional, redigida 17 anos mais tarde. Esta última é um documento de frente-única, tendente a atrair os grêmios e as organizações proletárias, ainda não amadurecidas para o comunismo. A palavra comunismo não é citada uma só vez em todo o texto. Apesar disso, porém, é do princípio ao fim um documento comunista. John Commons escreve: — “A Proclamação Inaugural é um documento sindical, não um manifesto comunista”.

Eis uma apreciação absolutamente falsa. A Proclamação Inaugural não determina o seu gênero pela forma, mas pelo conteúdo. Não há dúvida de que a situação econômica dos proletários, sua legislação, etc... aparecem como preocupação central do documento. Marx, porém, assinala adiante, que a conquista do poder político passou a ser o grande dever da classe proletária. Mais adiante ainda, aborda a questão do Partido, mas de maneira especial. Eis o que disse:

“Os proletários contam com um dos fatores de sucesso: a qualidade. Mas a qualidade somente faz sentir o seu peso, quando unida pela organização e guiada pelo saber. Que ensina a experiência do passado? Que o desprezo à união fraternal existente entre os trabalhadores de vários países (sendo esta união que deveria impeli-los ao apoio mútuo, na luta pela sua emancipação), é punido com a derrota geral e seus esforços dispersos.”

Aqui está um estilo pouco usado pela pena de Marx. Primeiro, a “massa proletária congregada pela união”, é por ele considerada sob um tríplice ponto de vista: - a massa agrupada no sindicato, a massa unificada no partido político e a massa fundida na Internacional. Tampouco lhe é habitual a expressão: “o papel dirigente do saber”. A quem se refere? Ao papel dirigente da ciência universitária, aos professores acadêmicos? Nada disto. Aqui a palavra “saber” é pseudônimo do comunismo. Intencionalmente, Marx utilizou fórmulas e expressões que atingissem profundamente as massas.

“A Associação Internacional dos Trabalhadores objetivava reunir num imenso exército toda a classe trabalhadora da Europa e América.

Não podia, pois, partir dos princípios expostos no **Manifesto**. Devia ter um programa, que não cerrasse as portas às Trade-Unions inglesas, proudhonianos franceses, belgas, italianos e espanhóis, e aos lassalianos alemães.” (Prefácio de F. Engels ao “Manifesto Comunista”, 1890. Ed. Europa-América).

“Era muito difícil expor esta questão, escrevia Marx, com inflexões tais que pudessem facilitar a nossas concepções, a aquisição de uma forma aceitável para o atual estado de movimento proletário... É necessário tempo para que as pressões constantes permitam a antiga linguagem audaz.”

ADDRESS

AND

PROVISIONAL RULES

OF THE

WORKING MEN'S

INTERNATIONAL ASSOCIATION,

ESTABLISHED SEPTEMBER 28, 1864,

AT A PUBLIC MEETING HELD AT ST. MARTIN'S

HALL, LONG ACRE, LONDON

PRICE ONE PENNY.

Capa da primeira edição do manifesto de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, escrito por Karl Marx

Marx refere-se aqui à forma de expor as idéias e não à sua essência. Quando se tratava dos princípios essenciais da idéia comunista, Marx era inflexível e intransigente, porém, manifestava uma extraordinária flexibilidade e capacidade na apresentação do essencial de suas idéias, sob as mais diversas formas. Explica-se assim a “linguagem sindical” da Proclamação Inaugural, o documento mais notável, depois do “Manifesto Comunista”. Eis porque, visando o único fim de impregnar de consciência comunista, o movimento operário, Marx variava as formas e métodos de contacto com as massas, conforme o nível do movimento e o caráter das organizações proletárias de sua época.

Determinar com clareza a relação existente entre a luta econômica e a política, equivarle a definir claramente a relação entre os sindicatos e o partido. Embora atribuindo excepcional significação à luta econômica do proletariado e dos sindicatos, Marx faz sobressair a supremacia da política sobre a economia, ou por outra, destaca a questão básica de todo trabalho do Partido Bolchevista e da Internacional Comunista.

Quando nos referimos à supremacia da política sobre a economia, não o fazemos com intuito de dizer que os sindicatos devem transformar-se num partido político, ou que devem adotar um programa puramente político, ou ainda, que há necessidade de igualar os sindicatos ao Partido. Não. Não é isto que Marx afirmava, e sim a importância dos sindicatos, como centros organizadores das massas proletárias, assim como combatia as tendências que procuravam confundir, como coisa uniforme, os sindicatos e os partidos. Considerava que a organização política e econômica do proletariado tinha um só objetivo, mas cada uma com seus métodos específicos. Insistia na supremacia da política sobre a economia, de um modo categórico. Tanto que colocava, primeiramente, as tarefas gerais de classe dos sindicatos, acima dos seus objetivos corporativos particulares. E, em segundo lugar, a missão do partido político do proletariado, de determinar as incumbências econômicas e dirigir a própria organização sindical.

* Drizdo Losovsky, também chamado de Alejandro Losovsky (e cujo nome de nascimento era Salomón Abramovick Drizdo), nasceu em março de 1878 numa pequena província da Rússia, Danilovka. Desde os 20 anos milita no movimento operário russo, mas sua trajetória política foi sempre oscilante. Ele só adere ao partido bolchevique na fase final do processo da grande revolução socialista de 1917. Pouco depois é expulso do partido por suas vinculações com grupos pequeno-burgueses. Em dezembro de 1919, faz autocrítica e reingressa no Partido Comunista. A partir daí cumpre um papel importante na organização da Internacional Sindical Vermelha, sendo seu principal dirigente durante toda sua existência. Em 1929, Losovsky é novamente expulso do partido. Ele morre em 1952.

* O título e os intertítulos aqui apresentados são de autoria da redação da **Debate Sindical**. No original, o primeiro capítulo é intitulado: “A posição dos sindicatos na luta geral de classes do proletariado”.

O "jogo da direita" nos sindicatos

O livro "O Jogo da Direita", que acaba de sair das gráficas da Editora Vozes, tem o grande mérito de desvendar as articulações e manobras dos empresários, que se utilizam de todos os recursos para manter intocado seus privilégios de classe. A obra foi escrita pelo conceituado cientista político René Armand Dreifuss, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp), que também é autor dos livros "1964 — A Conquista do Estado" e "A Internacional Capitalista".

Como ele comprova, a partir da leitura de 75 mil páginas de jornais e do trabalho de interpretação dos fatos durante 15 meses, não há limites para a ação dos patrões. Eles conspiram contra os avanços democráticos da sociedade. Formam "lobbies" para prostituir parlamentares e agentes governamentais. Suas "caixinhas" pré-eleitorais anulam a tal lisura das eleições. Eles também plantam notícias nos órgãos de comunicação para criar "sensos comuns" favoráveis aos seus interesses.

"LINHAS AUXILIARES"

No seu primeiro capítulo, no item sobre as "linhas auxiliares externas", o livro traz algumas revelações importantes sobre a ação do patronato para desgastar e dividir as organizações dos trabalhadores e, principalmente, para forjar "lideranças" confiáveis nos meios sindicais. O que já não causa surpresa, são as denúncias que o autor apresenta sobre as ligações do chamado "sindicalismo de resultados" com o projeto da grande burguesia brasileira e internacional.

"Para o empresariado" — explica Dreifuss — "era (e é) fundamental, que, não havendo como 'domesticar' o movimento sindical, ao menos se tentasse

formar e incentivar os dirigentes de trabalhadores mais empenhados na defesa do capital do que na luta pelos direitos das categorias que representam' — um pessoal que servisse de base de manobra no meio operário".

O livro mostra como Antônio Magri, presidente da CGT e do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, "perfila-se como ponta-de-lança de uma ambiciosa articulação" dos empresários. Segundo o autor, a burguesia faz altos investimentos em Magri e Luis Antônio Medeiros, o outro encabeçador do "sindicalismo de resultados". "Verbas para esse projeto não faltariam, já que a ligação de Magri com o sindicalismo americano lhe garante boa soma de dólares. A iniciativa contaria com o apoio de setores do empresariado, para quem 'esta é a única corrente do movimento sindical com a qual se pode dialogar'. Mas o empresariado explica que esse apoio não se traduz de maneira formal, para não comprometer os sindicalistas" — denúncia o livro "O Jogo da Direita".



Efeitos da nova tecnologia na indústria

Quais as conseqüências para os trabalhadores brasileiros do processo de automação na indústria? Como os operários que já convivem com a chamada "revolução microeletrônica" encaram essas mudanças? E o sindicalismo, como deve se portar diante da nova tecnologia nas fábricas?

Estas questões começam a despertar o interesse e a preocupação dos que estudam e/ou atuam no movimento operário e sindical. E não é para menos. Afinal, no capitalismo os grandes avanços tecnológicos sempre foram usados com o único objetivo de obter maiores lucros — e não o bem-estar dos que produzem as riquezas. Essa é a lógica do próprio sistema... e os efeitos para os trabalhadores são nefastos!

Numa tentativa inicial de responder a essas indagações, a editora Hucitec publicou

o livro "Automação e o Movimento Sindical no Brasil". A obra reúne artigos de vários autores sobre os reflexos dos avanços da microeletrônica no Brasil. Além disso, traz uma análise da experiência do sindicalismo europeu, conhecido por suas posições reformistas, diante do intenso processo de automação do período recente.

A base do livro foi uma pesquisa feita entre os metalúrgicos de quatro cidades de São Paulo (São Bernardo, Osasco, Taubaté e capital), onde o processo de modernização tecnológica é uma realidade. Na pesquisa foram ouvidos integrantes de comissões de fábricas, dirigentes sindicais e ativistas de base. O seu resultado, em termos de alerta, é bastante interessante e dá algumas pistas para o estudo dessa questão tão atual.

CES Inicia campanha de filiação

A partir de outubro, o Centro de Estudos Sindicais dá a largada numa intensa campanha de filiação de entidades. O objetivo é atingir, até abril de 90 (data do seu quinto aniversário), 100 sindicatos e federações de trabalhadores filiados. Com essa iniciativa, o CES pretende ampliar sua estrutura para dar um salto de qualidade na sua ação.

Só com a contribuição financeira do próprio movimento sindical brasileiro é que o CES terá condições de dinamizar suas atividades. A massiva filiação de entidades possibilitará intensificar os cursos de formação sindical - aumentando o número de monitores e diversificando os temas -, realizar novos estudos sobre assuntos de importância para o sindicalismo, promover seminários, dar assessoria aos sindicatos e editar publicações voltadas para o fortalecimento da ação sindical classista.

MEDIDAS CONCRETAS

Para viabilizar a campanha de filiação, a diretoria do CES tomou algumas decisões. Primeiro, fixou uma nova tabela de preços das mensalidades, tomando como referência o cobrado por organismos similares - tipo DIEESE, DIESAT e DIAP. Dado a escalada da inflação, os reajustes das mensalidades serão feitos com base na BTN.

Visando agilizar e profissionalizar a cobrança dos sócios, o CES fez convênio o Banco do Brasil, que colocou a disposição

seu sistema de cobrança automático. Todo o início de mês, a entidade filiada receberá seu talão de cobrança e o pagamento deverá ser efetuado em qualquer agência de banco do Brasil até o dia 5 de cada mês.

O ato de filiação permitirá que o Centro de Estudos Sindicais continue a realizar suas atividades visando o fortalecimento do sindicalismo em seu conjunto. Além disso, a entidade filiada receberá periodicamente todas as publicações do CES e terá descontos especiais nos cursos de formação, seminários e outras iniciativas.

A nova tabela de mensalidades do CES é a seguinte:

Entidades	Trabalhadores na base	Mensalidades em BTN
Rurais	Todas	12
Urbanas	Até 2 mil	20
Urbanas	De 2.001 a 5 mil	30
Urbanas	De 5.001 a 10 mil	45
Urbanas	De 10.001 a 20 mil	60
Urbanas	Acima de 20 mil	80
Federações Conferações	Todas	90

FICHA DE FILIAÇÃO AO CES

Ajude a construir uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo classista.

Filie-se hoje mesmo ao Centro de Estudos Sindicais. Para isso basta preencher os dados abaixo e remeter o cupom ao CES- Rua Major Quedinho, 300, sala, 15 Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01050, Fone 37-7300.

Nome da entidade: _____

Endereço: _____ nº: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Caixa Postal: _____ Telex: _____

Número de trabalhadores na base: _____ Número de sindicalizados: _____

Cidades da base sindical: _____

Nome do diretor responsável: _____

Cargo na diretoria: _____

Data: ____ / ____ / ____

Estatuto útil

“Fundamos recentemente em nossa cidade o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Cumpre-nos ressaltar, a título de informação, que o Caderno do CES nº 2 — ‘Uma proposta de estatuto democrático para os sindicatos’ — foi para nós de grande utilidade. Face a nossa pequena experiência em termos das atividades sindicalistas, gostaríamos de poder continuar contando com a colaboração do CES”. **(Roberto Rodrigues, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Venceslau - SP)**.

Defesa da unidade

“Conforme decisão de diretoria, estamos encaminhando nossa proposta de filiação a este importante Centro de Estudos. Junto à filiação, estamos pleiteando a promoção de um curso sobre a história do sindicalismo e, se possível, uma discussão mais aprofundada sobre a questão da unidade/pluralismo sindical — pois nesta região têm surgido vários sindicatos patrocinados pelos patrões”. **(Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí - RS)**

CES serve de base

“Estamos enviando em anexo o novo estatuto do nosso sindicato, que em grande parte foi baseado na proposta de estatuto do CES”. **(Alzumir Rossari, diretor de assuntos intersindicais do Sindicato dos Bancários de Chapecó e região - SC)**

Avaliação positiva

“Pelo presente saudamos o CES pela excelente contribuição dada à organização dos trabalhadores por ocasião do Seminário sobre História do Movimento Sindical no Brasil. Comunicamos ainda que as avaliações feitas pelos participantes do seminário são extremamente positivas, o que possibilitará um grande avanço nas relações intersindicais em nosso Estado”. **(Maria Antonieta Gomes Bezerra, presidente do Centro dos Professores de Pernambuco)**

Pós-Constituição

“Tomamos conhecimento do lançamento do caderno sobre ‘A Nova Constituição e as Mudanças no Sindicalismo Brasileiro’, editado pelo Centro de Estudos Sindicais (CES). Temos toda certeza que a publicação do CES é um poderoso instrumento de trabalho na fase que se iniciou após a promulgação da Constituição. Por isso, pretendemos adquirir uma cota de exemplares para a nossa entidade”. **(Valdério Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Maria - PA)**

Proposta de filiar

“Apresentamos em anexo a nossa proposta de filiação ao Centro de Estudos Sociais. Comunico que enviamos formulário de proposta de associação ao CES às seguintes entidades sindicais de trabalhadores em estabelecimentos de ensino: 1) Da base da Fitee: Simpros ES, GO, MG, Juiz de Fora, Mato Grosso, Saae-MG, Saae-DF, Sinaee-Goiânia, Saae-ES, Steear-Anápolis e Sintrae-MS. 2) Fora da base: Simpros Niterói e S. Gonçalo, Santos, Paraná, Londrina, Manaus, São Luís, Stee-Maringá, Saae-Ijuí, Feteo-Sul, Saae-São Leopoldo e Fepesp. Queremos também encomendar 250 exemplares do Caderno do CES nº 2 — ‘Uma proposta de estatuto democrático para os sindicatos’ —, a serem distribuídos pela Fitee às principais lideranças sindicais de nossa base”. **(Wellington Teixeira Gomes, presidente da Federação Intersindical dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino — Fitee)**.

Maior conhecimento

“Venho pela presente solicitar que me enviem maiores informações sobre o CES, especialmente no que tange a revista Debate Sindical e ao Curso Básico de Sindicalismo. O movimento sindical em nossa cidade ainda é muito débil e estamos desprovidos de maiores conhecimentos, necessários para que possamos fazer frente aos inúmeros obstáculos que nos perseguem”. **(Antônio José de Oliveira Filho, secretário-geral da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário de Jequié-BA)**

Idéia progressista

“Estamos fundando aqui em Ipatinga, Minas Gerais, o Sindicato dos Feirantes Autônomos. Para elaborar os nossos estatutos, seguimos as orientações dadas pelos Cadernos do CES 1 e 2. O fato de termos consultado o CES nos ajudou muito, já que os cadernos tem uma linguagem clara e idéias progressistas”. **(Maria José de Almeida, Ipatinga, MG)**

Apoio ao Sindicato

“Temos algumas publicações deste Centro de Estudos em nossa entidade. Gostaríamos de fazer parte do corpo associativo do CES e participar de suas atividades, passando também a receber outras publicações da entidade — que presta importante ao movimento sindical”. **(Joemir Souza de Oliveira, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Montenegro — RS)**

ASSINE DEBATE SINDICAL

(apenas NCz\$ 40,00)

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista **Debate Sindical**. Receba em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura equivale a quatro números da **Debate Sindical**.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ CEP: _____

Sindicato a que pertence: _____ Cargo: _____

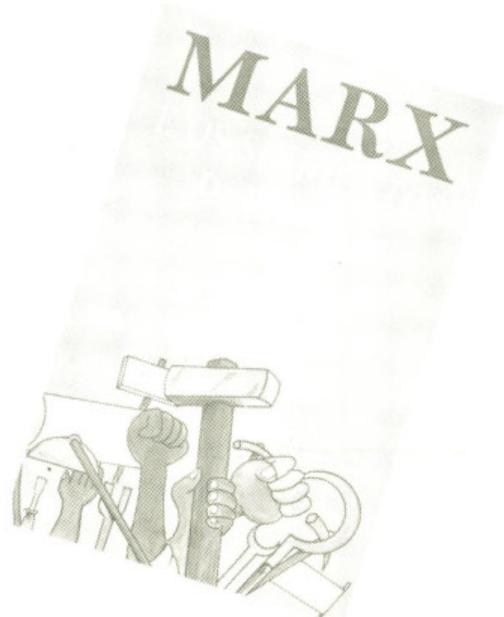
Data da assinatura: _____

* Preencha os dados e envie a assinatura, acompanhada de cheque nominal (valor: NCz\$ 40,00), para o Centro de Estudos Sindicais. Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01050.

Um livro indispensável para os sindicalistas

O livro "Marx e os Sindicatos", de autoria de D. Losovski, pode ser encarado como uma obra de cabeceira por todos os sindicalistas que desejam contribuir com sua ação na luta pela emancipação dos trabalhadores. Ele apresenta os principais aspectos da concepção marxista de sindicalismo, abordando temas decisivos e polêmicos.

Publicado pela Editora Anita Garibaldi, custa apenas NCz\$ 25,00. Os pedidos de cotas do livro podem ser feitos ao CES - com o envio de cheque nominal. Na compra de mais de 50 exemplares será feito um desconto especial de 20%. Não deixe de adquirir essa obra fundamental!



FIQUE SÓCIO DO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para o avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos, é sustentado pelas entidades sindicais e conta com a colocação voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pela CES destacam-se:

* Edição da revista Debate Sindical — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

* Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho e outros.

* Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc.

* Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo.